

NATUREZA

CICLO DE DEBATES 2000 - LIVRO DE ACTAS

TURISMO

NATUREZA

TURISMO E NATUREZA

TURISMO

PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO

NATUREZA



NATUR EZA

TURISMO E NATUREZA

TURISMO

PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO

NA TUREZA

ÍNDICE

7 NOTA INTRODUTÓRIA

9 NOTAS SOBRE OS AUTORES

SESSÃO DE ABERTURA

13 Presidente do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo - Emanuel Marques dos Santos

17 Secretário de Estado do Turismo - Vítor Cabrita Neto

PRIMEIRO PAINEL - AS ÁREAS PROTEGIDAS

PARA UMA UTILIZAÇÃO SUSTENTADA COMO DESTINO DE QUALIDADE

25 Universidade Nova de Lisboa - Maria do Rosário Partidário, MODERADOR

25 Maria João Burnay

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

35 Mário Freitas

APRESENTAÇÃO DE CASO: PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS

41 Rui Correia

APRESENTAÇÃO DE CASO: PARQUE NATURAL DE S. MAMEDE

SEGUNDO PAINEL - TURISMO DE NATUREZA

ACTIVIDADES E PROJECTOS DE QUALIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA

53 Presidente da Associação Nacional das Regiões de Turismo - Paulo Neves, MODERADOR

53 José Azevedo e Silva

DIRECÇÃO-GERAL DO TURISMO

63 Peter Ruppitsch

APRESENTAÇÃO DE CASO: PARQUE NACIONAL HOHE TAUERN (ÁUSTRIA)

72 Claude Feigné

APRESENTAÇÃO DE CASO: PARQUE REGIONAL LANDES DE GASCOGNE (FRANÇA)

TERCEIRO PAINEL - A VIABILIZAÇÃO DO PRODUTO «TURISMO DE NATUREZA»

83 Secretário-Geral da Confederação do Turismo Português - António Abrantes, MODERADOR

83 Birgit Rettig - Operador Turístico Studiosus Reisen (ALEMANHA)

O PRODUTO «TURISMO DE NATUREZA» NA ÓPTICA DA DISTRIBUIÇÃO

91 Ana Isabel Pinto - Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo

INCENTIVOS FINANCEIROS A PROJECTOS DE TURISMO DE NATUREZA

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

99 Vogal do Conselho de Administração do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo - Albino Martins

NOTA INTRODUTÓRIA

Com o lançamento, em 1999, de uma linha editorial vocacionada para a publicação das comunicações proferidas nos seminários realizados pelo IFT, vem a presente obra *Ciclo de Debates 2000* dar continuidade à divulgação de informação técnica que se crê de interesse e oportunidade para o Sector do Turismo, em especial para investigadores, técnicos, decisores e empresários.

Assim, no âmbito do *Ciclo de Debates 2000*, subordinado ao tema “Turismo e Natureza – Perspectivas de Intervenção”, o IFT organizou o encontro de especialistas, no qual foram apresentadas reflexões e experiências sobre o desenvolvimento e diversificação da oferta turística através da utilização sustentada do património natural.

Este Debate contou com a participação de reconhecidos peritos nacionais e estrangeiros, cujas comunicações são, agora, editadas e a quem o IFT agradece, uma vez mais, toda a colaboração.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Emanuel Marques dos Santos

Maria José Catarino

Albino Martins

NOTAS SOBRE OS AUTORES

Maria João Burnay

Licenciada em Antropologia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa. Mestre em Ciências Antropológicas, no âmbito do Desenvolvimento e Turismo Sustentável, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa. Vice-Presidente do Instituto da Conservação da Natureza. Membro da Delegação Portuguesa na Conservação da Diversidade Biológica na 5 COP, realizada em Nairobi, Maio de 2000.

Co-autora do Programa Nacional de Turismo de Natureza e legislação complementar. Assistente Convidada do ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa. Docente da cadeira de Análise Regional, dos cursos de Gestão e Administração Pública e de Antropologia. Professora Adjunta do Instituto Superior Politécnico Internacional. Docente da cadeira Turismo e Ambiente do curso de Gestão Turística e Hoteleira. Membro do Conselho Científico do curso de Gestão Turística e Hoteleira do ISPI. Membro da Comissão de Acompanhamento Científico do Curso de Turismo do Instituto Superior Politécnico de Leiria.

Mário Freitas

Licenciado em Biologia pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Mestre em Educação pela Universidade do Minho. Doutoramento em Educação pela Universidade do Minho.

Coordenador do projecto *PIN - Pursuing Investigative Pathways in Environmental and Science Education Practices*. Sócio fundador da Sociedade de Ética Ambiental. Director da Revista *BioEducação* da Ordem dos Biólogos. Professor Auxiliar da Universidade do Minho.

Director do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Rui Correia

Licenciado em Biologia pela Faculdade de Ciências de Lisboa. Professor do Quadro de Nomeação Definitiva da Escola Secundária de São Lourenço em Portalegre. Representante do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território no Conselho Cinegético e da Fauna Regional do Alentejo e do Instituto de Conservação da Natureza em várias comissões técnicas de acompanhamento de planos de ordenamento do território. Membro da Comissão Regional de Turismo de São Mamede e da Comissão Técnica de Candidatura da Vila de Marvão a Património da Humanidade e representante do Parque Natural da Serra de São Mamede na Associação de Parques Nacionais e Naturais Habitados da União Europeia. Responsável pela implementação, na área do Parque Natural da Serra de São Mamede, da Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas.

José Azevedo e Silva

Licenciado em Arquitectura pela ESBAL, 1974.

Tem desenvolvido actividade no âmbito da elaboração e apreciação de projectos e de estudos de arquitectura e de planeamento e ordenamento do território.

Desde 1997, a exercer funções na Direcção-Geral do Turismo, desempenhando, actualmente, funções como Chefe da Divisão de Ordenamento e Planeamento Físico.

Peter Ruppitsch

Formação Académica: Schigymnasium Stams; Pädagogische Akademie des Bundes in Klagenfurt; Universität Klagenfurt, Study of Geographical Sciences. Director do *Carinthian National Parks (Hohe Tauern and Nockberge)*. Membro do *IUCN-Expert Group*. Gestor do *Carinthian National Park Fund (Kärntner Nationalparkfonds)*. Director do *“Friends of the Hohe Tauern National Park” (Verein der Freunde des Nationalparks Hohe Tauern)*. Membro do Grupo de Trabalho *“Interpretation and Application of the IUCN Management Categories”*. Membro do Conselho do *Europarc Federation (Federation of Nature and National Parks of Europe)*.

Claude Feigné

Responsável pelo ecoturismo na Maison de la Nature da Bacia de Arcachon, estrutura do Parque Natural Regional das Landes de Gasconha. Participa, desde há 20 anos, no desenvolvimento de acções turísticas de natureza, direccionadas para todos os públicos.

FEIGNE C. - 1993 : «Montre moi un oiseau, je t'en ferai un produit». Cahiers Espaces, hors série : «Tourisme et Environnement» ; 99-112. (*definição, avaliação e perspectivas do turismo ornitológico em França*)

FEIGNE C. - 1995 : «De la forêt à l'océan, accueillir le public sur la Leyre». Conferência no seminário EUROSITE, Kiskunsagi - Hungria, Maio de 1995 (*declinação e articulação da oferta ecoturística num vale preservado*)

FEIGNE C. - 1995 : « Le bec de la Spatule est-il ridicule ou attachant ? ». Conferência no seminário «Spatule » d'EUROSITE, Rochefort - França, Outubro de 1995. In «Management of coastal aquatic habitats for the Spoonbill on migration and other associated waters» 117-122 (*Reflexão sobre a utilização da simbólica de uma espécie com vista a melhorar a conservação dos seus habitats*)

Autor de duas obras :

Les réserves de nature - Setembro 1990 ; Editions Sud Ouest

Migrations - Novembro 2000 ; Editions Sud Ouest

Birgit Rettig

Diplomada em Gestão Turística em 1992. Tem seis anos de experiência num operador turístico como Representante Comercial para a Ibéria, numa agência de consultoria ambiental e como Gestora Adjunta de Produto da Studiosus Reisen Munchen, para Espanha e América do Sul. Desde 1998, desempenha a função de Coordenadora Ambiental na Studiosus, sendo responsável pela coordenação e controlo do Sistema de Gestão Ambiental, bem como pela realização de várias medidas que se integram no Programa Ambiental Studiosus.

Ana Isabel Pinto

Licenciada em Assessoria de Administração pelo ISLA - Lisboa, Instituto Superior de Línguas e Administração.

Pós-graduada em Avaliação e Gestão de Projectos pela Universidade Católica de Lisboa.

Docente da cadeira de Iniciativas Empresariais de Turismo, integrada na Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento da Oferta Turística, do ISLA - Lisboa.

A desempenhar funções no IFT desde 1994, é actualmente coordenadora da Área de Informação do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo.

SESSÃO DE ABERTURA

Emanuel Marques dos Santos - Presidente do IFT

Com a anuência do Senhor Secretário de Estado do Turismo, vamos dar início à nossa sessão.

Senhor Secretário de Estado do Turismo, Senhor Presidente da ANRET, Senhor Administrador do ICEP, Senhor Presidente da ENATUR, senhores convidados, senhores participantes, caros colegas e amigos.

Queria, naturalmente, começar por agradecer a presença do Senhor Secretário de Estado nesta nossa sessão, presença essa que é tão mais significativa e gratificante para nós quanto sabemos de ciência certa quão sobrecarregada está e é, normalmente, a sua agenda; agradecer também a disponibilidade demonstrada pelos senhores moderadores e oradores que convidámos e que se disponibilizaram para aceitar este convite para estarem presentes nos nossos painéis, partilhando connosco a sua experiência, o seu saber e, naturalmente, contribuindo para que todos nós saíamos daqui, hoje, mais ricos de informação e conhecimentos; agradecer também a presença de todos os participantes, naturalmente, desejando-lhes que o dia de hoje seja proveitoso para todos.

Julgo que se impõem duas ou três palavras que justifiquem e expliquem o sentido e oportunidade desta iniciativa.

O turismo e a natureza não constituem propriamente um tema novo, mas são certamente um tema actual. Sem querer recuar muito no tempo, queria situar-me desde logo, no âmbito de uma carta aprovada no seio da Organização Mundial de Turismo em 1995, em Lanzarote, intitulada Carta do Turismo Sustentável e que, julgo eu, constitui um marco importante, para não dizer histórico, nesta óptica. Esta perspectiva põe em binómio, por um lado, o turismo e, por outro, a natureza. Desse documento, que penso ser notável, embora datado mas actual, queria respigar, pelo menos, dois dos tópicos que nessa altura foram aprovados:

Primeiro, a contribuição activa do turismo para o desenvolvimento sustentável pressupõe necessariamente a solidariedade, o respeito mútuo e a participação de

todos os actores e implicados no processo, tanto públicos, como privados e deve basear-se em mecanismos de cooperação eficientes a todos os níveis: local, regional e internacional.

Um segundo tópico que também acho relevante para explicar esta nossa iniciativa, hoje, aqui, diz o seguinte: “os governos, as autoridades e as ONGs com responsabilidades nas áreas do turismo e ambiente, devem promover e participar na criação de redes abertas de informação, pesquisa, disseminação e transferência de conhecimentos ambientais e turísticos, bem como das tecnologias sustentáveis”.

Dito isto em 1995, dir-se-á que este tema não perdeu actualidade e para o comprovar recordamos que não há muitas semanas, em Outubro, decorreu em Berlim, sob os auspícios do Conselho da Europa, uma conferência sobre Turismo Sustentável, ambiente e emprego que permitiu reunir durante três ou quatro dias um conjunto notável de especialistas dos mais diversos domínios e origens geográficas e que, com uma perspectiva multi-sectorial e integrada, debateram extensivamente, uma vez mais, este tema que continua a revelar-se de uma enorme acuidade. E entre as conclusões desse trabalho, permito-me também sublinhar e referir algumas que me parecem particularmente relevantes para nós:

14

Em primeiro lugar, as políticas de desenvolvimento turístico nos Estados membros devem integrar os valores de coesão social, respeito pelas populações locais, emprego estável e competitivo, protecção do património natural e cultural, desenvolvimento da cooperação transfronteiriça e as parcerias publicas e privadas.

A segunda é que são de estimular as experiências de turismo-ambiente, ligadas à definição de *eco-labels* e implementação de *Friendly Environment Approach*, envolvendo entidades públicas e privadas ou, ainda, a experiência da Carta Europeia do Turismo Sustentável em áreas protegidas, em cujo trabalho, de resto, estão envolvidos exactamente os dois parques que hoje vamos ter o gosto e o interesse de ouvir em apresentação dos respectivos casos, isto é, o de São Mamede e o da Peneda Gerês.

Em terceiro lugar, a relevância da importância da elaboração e conclusão de estudos em curso na Comissão Europeia sobre temas tão candentes e actuais como sejam a da revitalização dos destinos turísticos em declínio, afectados pelo turismo de massas, a capacidade de carga do sítios turísticos sensíveis, o *eco-label* europeu para estruturas de acolhimento turístico e as estratégias de desenvolvimento integrado das zonas costeiras.

À nossa pequena dimensão e escala quisemos dar, através desta iniciativa, um contributo para, através desta oportunidade e desta plataforma, provocarmos um confronto de experiências, uma troca de informações que pudessem permitir e, de alguma forma, contribuir para a elencagem daquilo a que se poderia chamar as boas práticas e através dessas boas práticas, efectivamente, atingir, porventura com maior rapidez e eficiência, os bons resultados que, aqui e acolá, nestas áreas e neste domínio se vão obtendo.

Será demasiado ambicioso, certamente, nesta fase pelo menos, falarmos de um objectivo de construirmos através desta iniciativa algum *benchmarking* nessa matéria, mas este é um passo que me parece importante nessa direcção.

Nesta nossa iniciativa, fomos determinados por dois motivos:

Em primeiro lugar, a vontade de dar um contributo para trazer para um lugar prioritário das nossas agendas esta preocupação de turismo e de natureza.

Segunda motivação para a realização deste seminário: uma questão de necessidade. Eu explico: este governo, em bom rigor o governo anterior, criou o Programa de Turismo-Natureza, um documento notável, através de uma Resolução do Conselho de Ministros. O mesmo governo, em sequência, desenvolveu e criou um conjunto vasto de diplomas legislativos que permitiu estabelecer a moldura institucional complementar para o desenvolvimento de Turismo de Natureza. E, aparentemente, estava criado um quadro institucional necessário para o desenvolvimento daquilo a que, na nossa óptica, designamos por Turismo de Natureza. Faltava, no entanto, uma pequena peça para completar este *puzzle* ou, se quiserem, a peça que existia revelava alguns desajustamentos e insuficiências para completar adequadamente este quadro institucional. E essa pequena peça tem a ver com o instrumento financeiro para apoiar as empresas que se pretendem envolver responsabilmente neste domínio de Turismo-Natureza. O facto de estarmos, então, na ponta final do 2º Quadro Comunitário de Apoio, a sua rigidez relativamente à possibilidade de introduzir novos sistemas de incentivos e, naturalmente, também o esgotamento necessariamente desejável dos recursos financeiros associados ao 2º Quadro Comunitário de Apoio, não permitiram nessa altura cuidar de criar ou reformular esta peça que é essencial para o comportamento dos diversos agentes económicos.

Com o advento do 3º Quadro Comunitário de Apoio, com o lançamento do Programa Operacional da Economia, foram criadas as condições para, efectivamente, darmos por terminada e completa esta fase deste quadro institucional. Efectivamente, o

Programa Operacional da Economia cuidou, desde o princípio, que os sistemas de incentivo desenhados e formatados para apoiar as empresas fossem atravessados todos eles por esta preocupação de preservação e desenvolvimento das questões de ambiente no que se refere aos projectos das empresas, designadamente as empresas de turismo.

Mas mais do que isso, tivemos, com a orientação da nossa tutela, a preocupação de, através do eixo número 2 do Programa Operacional de Economia (que trata efectivamente da valorização de produtos considerados de valor estratégico), incluir nessa elencação de produtos estratégicos, o Turismo de Natureza. E aí, através da excelente colaboração estabelecida entre a área do turismo e a área do ambiente, particularmente com o Instituto de Conservação da Natureza, aqui representado pela Sra. Dra. Maria João Burnay, desenhou-se um sistema de incentivos designado SIVETUR, sobre o qual teremos a oportunidade de falar-vos em pormenor. Um sistema de incentivos que permite apoiar com uma fortíssima intensidade e de forma que julgamos adequada, as empresas que se pretendem envolver, estabelecer e criar valor, neste segmento, neste domínio de Turismo-Natureza. E é aqui que regresso à visão utilitária, uma visão pragmática deste nosso seminário, que é o de poder fornecer informação, conhecimentos, ferramentas, sensibilidade aos nossos técnicos e colaboradores que têm estado, por força da sua inserção profissional, relativamente afastados destas áreas. Fornecer-lhes elementos essenciais para a adequada compreensão dos projectos de investimento que serão submetidos ao nosso instituto através destes sistemas de incentivos; compreender o alcance daquilo que está a ser apresentado em termos de candidaturas empresariais; compreender o alcance daquilo que pode ser pejorativo, negativo em termos de agressões ambientais ou daquilo que poderá ser positivo e, portanto, adequadamente estimulado.

Nestas circunstâncias em que por vezes me encontro, chamo muitas vezes em meu socorro os poetas portugueses, pela boa e simples razão de que eles dizem em poucas palavras aquilo que, porventura, em termos de prosa poderia levar algumas dezenas de páginas. Queria convocar hoje em meu auxílio o poeta José Agostinho Baptista, talvez não muito conhecido, mas considerado pelos críticos como um dos valores mais interessantes da geração de 70. Diz José Agostinho Baptista, num poema chamado “Funchal” (e aqui em exclusivo benefício dos nossos convidados estrangeiros, gostaria de esclarecer que o Funchal é a cidade capital da Madeira, que é considerada por nós uma das mais importantes zonas turísticas do nosso país).

Diz, portanto, José Agostinho Baptista, *quote*, “sob o domínio das orquídeas vi crescer o asfalto e o turismo, roubaram-nos a alma e a letargia, roubaram-nos a ternura”, *unquote*. Acho particular graça a este roubo da letargia, no sentido em que este é certamente um valor, que do meu ponto de vista, está em vias de extinção e que vale a pena todos nós cultivarmos cuidadosamente.

O Funchal é, certamente, uma das cidades mais bonitas que eu conheço e há, naturalmente um exagero de poeta. Mas ele coloca-nos, efectivamente, esta questão em termos de dilema. Orquídeas *versus* asfalto e turismo. Um dilema que a meu ver deve ser recusado, isto é, não creio que interesse aos homens, um mundo de orquídeas, como também não creio que lhes interesse um mundo de asfalto *et pour cause*, também não interessa ao turismo um mundo de asfalto. Daí surge a necessidade de encontrarmos as formas de resolver esta aparente contradição entre as orquídeas e o asfalto, de construirmos em cada caso, de uma forma sistemática e global, as condições que permitam a convivência e, porventura, o efeito sinérgico que também existe entre as orquídeas e o asfalto. Julgo que é muito à volta disto que hoje iremos falar. Que seja para proveito de todos. Muito obrigado. Gostaria agora de dar a palavra ao Senhor Secretário de Estado do Turismo, pedindo-lhe que faça o favor de concluir esta nossa abertura de trabalhos.

Vítor Cabrita Neto - Secretário de Estado do Turismo

Meus caros amigos, queria em primeiro lugar saudar o IFT por esta iniciativa.

O IFT, o Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo não é apenas um banco e um *instrumento* financeiro do turismo, mas deve ser também um animador de discussão e de debate das matérias que envolvem a questão do financiamento. É essa a função que o governo determina para o IFT e é sempre difícil manter este equilíbrio entre instrumento puramente técnico e instrumento vivo e actuante nas políticas definidas pelo governo.

Ao Secretário de Estado do Turismo compete, não trazer grandes novidades, mas apenas reafirmar alguns princípios que constituem pilares indiscutíveis da nossa estratégia de turismo, para além de fazer algumas reflexões e deixar algumas preocupações. Um desses princípios, é a defesa e preservação dos nossos recursos naturais, ambientais, culturais e patrimoniais, enquanto valores insubstituíveis para

uma política de turismo. Sem a preservação desses valores, não haverá turismo a médio e a longo prazos e, sobretudo, não haverá turismo num país pequeno como o nosso, com recursos limitados e, muitas vezes, vulneráveis.

Daqui decorre um outro princípio. É o de que só concebemos o turismo numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, o que, para nós, não constitui um elemento de propaganda genérica, mas uma preocupação permanente. E se olharmos à nossa volta, podemos verificar que o mundo está cheio de *cemitérios* turísticos, isto é, de ex-locais apazíveis, de ex-locais magníficos do ponto de vista da natureza e que foram destruídos por uma má concepção e por más estratégias de turismo. Portanto, esta perspectiva do desenvolvimento é uma visão dinâmica da utilização dos recursos, de forma a poderem gerar riqueza e bem-estar social e não uma visão estática e museológica dos recursos.

Finalmente, um outro princípio que me parece importante é que para os responsáveis pelo turismo no governo, o Turismo de Natureza é um pilar da nossa estratégia nacional de turismo que se fundamenta em três grandes valores essenciais: qualidade, diferenciação e competitividade da nossa oferta turística. São, portanto, valores que constituem, desde a primeira hora, preocupação do actual Secretário de Estado do Turismo, para além de constituírem um imperativo legal e constitucional. No seu artigo 66º, sobre ambiente e qualidade de vida, a Constituição refere: «todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio, ecologicamente equilibrado e o dever de o preservar». Assim, incumbe ao Estado ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das actividades, um equilibrado desenvolvimento socio-económico e a valorização da paisagem. Refere também que incumbe ao Estado criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais, promover o aproveitamento racional dos recursos naturais e a integração dos objectivos ambientais nas várias políticas de ambiente nacional.

Mas, curiosamente, no seu artigo 81º, a Constituição da República Portuguesa refere que incumbe prioritariamente ao Estado, no âmbito económico e social, promover o aumento do bem-estar social e económico e da qualidade de vida das pessoas, em especial, dos mais desfavorecidos, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Refere ainda, que incumbe ao Estado orientar o

desenvolvimento económico e social, no sentido de um crescimento equilibrado de todos os sectores e regiões, eliminando progressivamente as diferenças económicas e sociais. Penso que estes dois artigos da Constituição devem constituir, para os responsáveis, pelo menos do turismo, uma preocupação permanente.

Não tenho qualquer dúvida que possa existir uma estratégia de desenvolvimento económico possível para o nosso país, com as limitações e especificidades territoriais que tem, apoiada numa utilização correcta dos seus recursos naturais. Creio que não pode haver outra perspectiva que não seja a de um ordenamento e de uma organização do território capaz de garantir a preservação dos seus recursos, o desenvolvimento sustentável, mas também o bem-estar económico e social dos portugueses. Apesar das limitações que conhecemos, somos um país riquíssimo em recursos naturais, pela sua variedade e diversidade que despertam interesse, curiosidade e capacidade de gerar uma forte actividade turística. Temos uma zona litoral muito singular, com um ambiente natural extremamente dinâmico, com centenas de quilómetros de costa muito diversificada; uma enorme percentagem do nosso território com áreas protegidas; dezenas de sítios integrados na rede NATURA (cerca de 30% do território nacional); planos de ordenamento da orla costeira que estão a ser feitos para ordenar e regular os usos e as ocupações da nossa orla costeira; temos reservas ecológicas. Portanto, estamos perante uma riqueza imensa que temos de saber usar com muita inteligência. E usar com inteligência significa pensar no futuro, no que este país poderá ser daqui a vinte, a cinquenta e a cem anos. Há alguns maus exemplos na área do turismo que temos de assumir, ao nível do ordenamento e da agressão aos recursos. Penso que o turismo deve pagar pelos *crimes* que comete, mas não é justo que seja só o turismo a ser responsabilizado. Aliás, se pensarmos que 80% do turismo português está concentrado em quatro ou cinco concelhos de uma região: o Algarve, na cidade de Lisboa, que não se pode considerar só uma cidade turística e na Madeira, estamos a falar de uma mínima parte do território nacional. Quanto ao Golfe, estamos a falar de quarenta e cinco campos de golfe existentes no nosso país, representando 2.500 hectares. Assim, não gostaria de deixar passar esta oportunidade para dizer que temos de assumir que nem tudo o que está mal no nosso país, nesta matéria, se deve ao turismo e diria até que só uma pequena parte é que se deve ao turismo. Temos tido uma colaboração com o Ministério do Ambiente, nomeadamente no período de 1998/99, quando elaborámos em conjunto, um Programa Nacional de Turismo de Natureza

que teve como consequência, para além de uma Resolução de Conselho de Ministros, de 25 de Agosto de 1998, a definição de regras quanto ao tipo de actividade, localizações, tipologias de empreendimentos que se podem desenvolver nas áreas protegidas. Estão aqui connosco o Senhor Presidente da Câmara de Castelo de Vide e os representantes do Parque de São Mamede, parque escolhido como parque piloto para se trabalhar nessa direcção.

O objectivo daquele Programa é precisamente conciliar a preservação dos valores naturais e culturais com a actividade turística ajustada para cada parque, segundo uma concepção de turismo ecologicamente sustentável a longo prazo, cultural e socialmente sustentável. A referida Resolução de Conselho de Ministros teve continuação em 1999, com o Decreto Regulamentar, de 16 de Fevereiro, com o Decreto-lei, de 17 de Fevereiro, sobre as casas de natureza, com o Decreto-lei de 27 de Agosto de 1999 e com o Decreto-lei sobre a animação ambiental. Creio que temos os instrumentos legais de base para podermos avançar e se não avançamos mais é porque nos falta dinamismo, pelo que devemos ultrapassar rapidamente essas situações.

20

Defendo uma perspectiva de desenvolvimento do turismo que tem muito a ver com a consciência da necessidade da preservação dos nossos recursos naturais, ambientais e culturais. Propõe-se uma perspectiva de desenvolvimento do turismo, relacionada com crescimento quantitativo moderado e de crescimento qualitativo acelerado.

É evidente que, em termos quantitativos, podemos ainda aumentar os números no nosso país, em zonas onde o turismo ainda tem uma presença muito limitada. Portanto, podemos crescer, mas não nas zonas onde o crescimento já não é possível e nas épocas do ano em que já não é possível. Os dados dos últimos anos e do ano 2000 dão-nos um grande conforto sobre o desenvolvimento do turismo. Estamos a crescer a um ritmo, em termos qualitativos, muito superior ao ritmo de crescimento em termos quantitativos. Este ano, vamos crescer cerca de 3% em número de turistas e 15% em termos de receitas de turismo, o que é um dado extraordinário que confirma o que se tem vindo a passar nos últimos anos, no sentido da melhoria da qualidade da nossa oferta. Apostamos numa proposta de oferta cada vez mais rica e diversificada, diferenciada, original, cheia de atractivos, de simplicidade e contacto com a natureza. Não nos devemos preocupar com quantos milhões de turistas se atraí, mas com o que isso significa em termos de satisfação dos que são atraí-

dos por esse tipo de produtos e em termos de enriquecimento da nossa imagem turística. Chamo a atenção para a necessidade de se pensar o desenvolvimento do país em termos das nossas especificidades, mesmo no que diz respeito ao Turismo de Natureza. Copiar apenas o que se faz noutros países, na busca de um sucesso imediato e de resultados quantitativos imediatos, pode ser uma ilusão e as ilusões, em turismo, pagam-se durante décadas. Meus caros amigos, penso que o que devemos defender é o interesse nacional, o interesse para a economia, para a sociedade e para o turismo. O turismo só é importante se servir a comunidade. É por isso que ele tem que existir, sem se sobrepor a nada, mas também sem ser marginalizado, porque é, e vai ser cada vez mais, um dos vectores mais importantes do desenvolvimento económico do nosso país. É por isso que homens do ambiente, da natureza, da cultura e do turismo, têm que trabalhar em conjunto para levar por diante um projecto que é um projecto de interesse nacional.

NATUR EZA

As Áreas Protegidas
Para uma utilização sustentada
como destino turístico de qualidade

TURISMO

NA TUREZA

PRIMEIRO PAINEL

Maria do Rosário Partidário - Universidade Nova de Lisboa

MODERADORA DO PAINEL

Vamos então dar início ao primeiro painel deste seminário. Queria começar por agradecer ao Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo pela honra que me concedeu em moderar esta sessão sobre as áreas protegidas para uma utilização sustentada como destino turístico de qualidade. Antes de passar a palavra aos oradores e sem tomar muito tempo, mas naturalmente inspirada pelas palavras, quer do Senhor Presidente do IFT quer, naturalmente, pelo Senhor Secretário de Estado do Turismo, queria dizer algumas palavras também. A questão do casamento entre o ambiente e o turismo é algo que me motiva pessoalmente de há já muito tempo, e portanto, é uma conciliação com a qual estou perfeitamente de acordo. É uma sinergia, que traz vantagens para ambas as partes por razões óbvias, mas que precisa de ser analisada com muito cuidado. Retomando a referência poética que o Senhor Presidente do IFT fez, em particular às orquídeas, ao alcatrão e ao betão, para realçar a necessidade, clara e evidente, do alcatrão para conseguir ir ver as orquídeas. No entanto, o que é preciso é que o alcatrão não seja colocado no sítio onde deviam estar as orquídeas, porque se assim for, as orquídeas não terão possibilidade de serem vistas. Parece-me fundamental que não se esqueça um instrumento que é o ordenamento do território na organização do espaço onde o Turismo-Natureza vai ocorrer, porque sendo necessário haver infra-estruturas de suporte à logística e à estadia dos visitantes, é preciso, também, que os visitantes sejam orientados sobre as actividades que podem desenvolver e locais onde podem ir e com que graus de cuidado e respeito pelos valores existentes.

25

Maria João Burnay - Vice-Presidente do Instituto de Conservação da Natureza

Gostaria de começar por agradecer ao IFT o convite que dirigiu ao ICN para participar neste Seminário sobre “Turismo de Natureza - perspectivas de intervenção” e de simultaneamente dar os parabéns por esta iniciativa, que reúne três das

entidades, as quais, no que respeita ao Programa Nacional de Turismo de Natureza e ao seu bom sucesso, têm sem dúvida responsabilidades inequívocas e que espero tenham ou venham a ter, também, os meios e recursos necessários para responder a essas responsabilidades.

Falar hoje de Turismo em Áreas Protegidas e em Desenvolvimento Sustentável, significa que algo mudou nas consciências e no conhecimento nos últimos anos. E esta mudança vai sendo sentida por toda a sociedade civil, passando pelos agentes económicos e particularmente pelas Instituições e Departamentos do Estado.

Por isso, antes de abordar um pouco o Turismo de Natureza, irei fazer um breve enquadramento dos contextos sociais e políticos que levaram a uma nova abordagem do Turismo face às questões ambientais.

E, nessa nova abordagem, o turismo, também como vector de desenvolvimento, no conceito integrado e sustentável deste termo.

Por último, a proposta do Turismo de Natureza em Áreas Protegidas.

26

Durante muito tempo, o turismo foi considerado como uma “indústria limpa”, e como tal, não era lhe eram imputados impactes negativos, do ponto de vista social, cultural ou ecológico.

Foi, sobretudo a partir dos anos 70 que se começaram a ouvir vozes denunciadoras dos efeitos negativos que a actividade turística infligia ao ambiente, tanto no que se refere aos recursos naturais, à biodiversidade, ao equilíbrios dos ecossistemas, como em relação à população residente e receptora do turismo

Esses efeitos, reflectidos na perda de qualidade de vida, nos desajustamentos das economias locais, no desmembramento da organização social, na aculturação dos povos e conseqüente perda de identidade.

Em finais dos anos 80 e sobretudo a partir do Rio 92, o conceito de Desenvolvimento Sustentável estende-se ao de Turismo Sustentável e esta actividade passa a ser encarada como um instrumento também de desenvolvimento para as populações locais e para a conservação da natureza.

A necessidade de se regulamentar a actividade turística, por forma a transformá-la numa actividade “amiga” do ambiente, foi ganhando terreno e conseguindo o compromisso político indispensável.

Segundo o 5º programa da Comunidade Europeia – em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável – **prevêem-se para o ano de 2025 entre 380 e 760 milhões de turistas, só na região mediterrânica.**

Por outro lado, a OMT prevê que o Turismo Internacional aumente cerca de 4% por ano até ao ano 2010 e apresenta a seguinte evolução:

1950 - 25 MILHÕES

1971 - 180 MILHÕES

1996 - 600 MILHÕES

2010 - 970 MILHÕES

Quando falamos de turismo estamos a falar de milhões de pessoas que se deslocam, permanecem e consomem. E destas três funções

TRANSPORTES E VIAGENS - DESLOCAÇÃO

ALOJAMENTO E INFRAESTRUTURAS

ACTIVIDADES DE LAZER

resultam efeitos de ordem:

ECOLÓGICA
PAISAGÍSTICA
SÓCIO-CULTURAL
ECONÓMICA

Vejamos então, muito resumidamente, a evolução que se proporcionou nestas matérias, ou seja:

- o enquadramento político e social, relacionado com a evolução da problemática ambiental e da actividade turística em geral, tentando, assim, situar o contexto do aparecimento e da crescente emergência de formas de turismo que se caracterizam pela prática de actividades desenvolvidas em estreito contacto com a natureza e com os valores e costumes de culturas particulares.

- este fenómeno social, acompanha a evolução das preocupaçoes ambientais e ecológicas, em que o Turismo Sustentável surge como prolongamento do conceito de Desenvolvimento Sustentável. O grande desafio dos anos 90, sem dvida, mas sobretudo, a grande responsabilidade do próximo século e de todos nós.

Evolução dos conceitos e preocupaçoes ambientais a nível institucional

- Nos anos 50/60 assiste-se ao início dos alertas dos movimentos ecologistas, na sequência dos efeitos detectados pela utilização do DDT (R. Carson); da industrialização e urbanização crescente e caótica; dos efeitos da poluição; da devastação de extensas zonas de florestas tropicais.
- A Conferência de Estocolmo sobre “Ambiente Humano”, realizada em 1972 pela ONU, elege o Ambiente como referência obrigatória nas políticas dos países, a nível internacional. (surgem os primeiros ministérios do ambiente na Europa).
- 20 anos mais tarde, em 1992, a Conferência do Rio sedimenta o conceito de Desenvolvimento Sustentável. A grande importância deste marco é que, pela primeira vez a nível mundial, foi discutida a questão da ligação vital entre conservação e desenvolvimento.
- Em 1993, a Comunidade Europeia, publica o Programa “Em Direco a um Desenvolvimento Sustentável”, contendo as principais medidas e objectivos conducentes  integração do ambiente nas políticas sectoriais da economia: Agricultura, Indústria, Energia, Transportes e Turismo.

Paralelamente, assiste-se a uma evolução e alteração nas tendências e nos produtos turísticos, acompanhando a nova ordem ambiental e as novas motivaçoes e aspiraçoes das pessoas em relação à forma como querem ocupar os seus tempos livres e de lazer.

Evolução do Turismo

O turismo antes e depois dos anos 40, do acesso a férias e a férias pagas

FASE DO HOTEL

O modelo de desenvolvimento turístico adoptado nos anos 60-70-80, sem quaisquer preocupações ambientais e virado para um turismo de massas

FASE DOS ALDEAMENTOS E GRANDES URBANIZAÇÕES

O Turismo alternativo (em relação ao turismo de massas) em franca implementação nos anos 90, surgindo novas propostas ligadas às preocupações ambientais que a população em geral foi interiorizando e à crescente necessidade de contacto com a natureza e com diferentes culturas e sociedades

FASE DO ECOTURISMO, TURISMO VERDE, TURISMO ACTIVO

O Ecoturismo surge, neste contexto, movido por objectivos de conservação da natureza e da biodiversidade e de promoção de benefícios para a população local, através da actividade turística e dirige-se a espaços naturais/selvagens/longínquos/exóticos.

29

Ecoturismo

A *Ecotourism Society*, (EUA) dá a seguinte definição a este tipo de turismo: “O ecoturismo é um turismo praticado em espaços pouco ou nada perturbados pelo homem e que deve contribuir para a protecção da natureza e bem-estar das populações locais” ou: “Uma viagem cujo objectivo é visitar certas áreas silvestres para compreender a cultura e a história natural do meio, respeitando a integridade dos ecossistemas e criando oportunidades económicas de forma a que a conservação dos recursos naturais se traduza num benefício para as comunidades locais.

Os defensores do ecoturismo afirmam que se trata de “um tipo de ecodesenvolvimento que contribui, de forma prática e efectiva, para o aumento do bem estar social e económico de todos os países” (H. CEBALLOS-LASCURAIN, 1991)

Recentemente definiram-se 4 tipos de viagens que podem ser denominadas ecoturismo:

- O Turismo baseado na natureza
- O Turismo que apoia a conservação
- O Turismo que consciencializa o público sobre a importância da natureza
- O Turismo conduzido de forma sustentável

As definições de ecoturismo evoluíram desde um turismo ligado à natureza a um turismo que enfatiza objectivos tanto da conservação como culturais.

Universo do ecoturismo

O ecoturismo baseia-se na observação da natureza e desenvolve-se maioritariamente nos países do hemisfério sul, onde existe uma grande diversidade biológica, uma natureza preservada, parques nacionais, reservas naturais e comunidades locais que mantêm os seus estilos de vida e actividades tradicionais.

Os principais destinos do ecoturismo são, por excelência, locais remotos na floresta tropical húmida e áreas protegidas, envolvendo:

- viagens para a descoberta e aprendizagem dos ambientes selvagens e naturais
- viagens para locais remotos/primitivos em ambientes naturais intactos ou afastados do contacto humano
- viagens de aventura, para de destinos mais inóspitos do ponto de vista ambiental/natural

Na Europa o conceito de ecoturismo não se adapta da mesma maneira.

No entanto e tendo em conta que o continente europeu se encontra fortemente empenhado na implementação de práticas de turismo sustentável, o ecoturismo, na sua essência, encontra locais privilegiados, como áreas protegidas e outras não classificadas; mas nem por isso com menor interesse e vocação para este tipo de turismo, regiões rurais e piscatórias ainda representativas de uma paisagem, cultura e de um ambiente natural francamente equilibrados e capazes de constituir as já referidas atracções turísticas.

O potencial do ecoturismo baseia-se em **fazer a ponte para o** Turismo de Natureza, para o Turismo Rural, para formas de Turismo Sustentável.

Daí que o Turismo de Natureza, sem dúvida uma forma de ecoturismo que no nosso País foi especificamente criado para as AP, deva também vir a ser desenvolvido por todo o território nacional, em locais que se adaptem às suas características, enquanto produto turístico e de desenvolvimento local.

As Áreas Protegidas

A sua gestão assenta no conceito do Desenvolvimento Sustentável.

A crescente procura de espaços naturais em geral e áreas protegidas em particular, como territórios de lazer e de turismo.

- A criação de áreas protegidas prende-se com o objectivo de dotar determinada região de instrumentos e políticas conducentes à conservação da natureza, em geral, e dos seus valores naturais e culturais em particular, bem como à promoção e estímulo do desenvolvimento sócio-económico das suas populações.
- Necessitam, por isso, de formas de gestão e de incentivos a práticas de turismo sustentáveis.
- Actualmente em Portugal, as Áreas Protegidas ocupam cerca de 7,4% do território, distribuídas por zonas geográficas e sócio-económicas diversas, de norte a sul do País.
- São representativas dos principais ecossistemas, unidades de paisagem e identidades culturais do nosso País

MONTANHA | PLANÍCIE | LITORAL | ZONAS HÚMIDAS

Estas Áreas Protegidas englobam territórios, palco de actividades humanas que, ao longo dos tempos, moldaram as suas paisagens com os seus saberes e estilos de vida.

Hoje são representativos e encerram em si valores naturais e culturais que os distinguem de outras regiões do País.

Alvo de uma classificação, de um estatuto de protecção, não significa um entrave ao desenvolvimento ou um estímulo ao não-desenvolvimento.

Exemplos de Desenvolvimento Sustentável, muito antes da criação do conceito, estes territórios, devem ser orientados e promovidos numa lógica moderna de desenvolvimento.

Medidas Institucionais:

A Resolução de Conselhos de Ministros nº 102/96, vem determinar que todos os Departamentos do Estado, de acordo com os seus sectores de responsabilidade, privilegiem o investimento e a melhoria da qualidade de vida nas Áreas Protegidas. Entre as várias medidas apontadas, destaca-se a promoção de formas de turismo compatíveis com a conservação da natureza.

No contexto internacional já focado e neste contexto nacional, surge a criação do programa de Turismo de Natureza e o Desporto de Natureza.

Turismo de Natureza

Os objectivos do Turismo devem passar hoje, forçosamente, pela conciliação dos diferentes níveis de interesse que tocam a actividade turística:

POPULAÇÃO RECEPTORA

(melhoria das condições de vida e obtenção de mais-valias com o turismo)

TURISTAS

(satisfação da viagem, "valor do dinheiro investido")

AMBIENTE DO DESTINO TURÍSTICO

(preservação)

OPERADORES, PROFISSIONAIS

(rentabilização, economia)

O Turismo Sustentável, por sua vez, aborda da seguinte forma a integração de vectores fundamentais:

OBJECTIVOS AMBIENTAIS: CONSERVAÇÃO

AUMENTO DA SENSIBILIZAÇÃO E CONHECIMENTO - POPULAÇÃO LOCAL/VISITANTES/AGENTES INTERVENIENTES

OBJECTIVOS SOCIAIS: SATISFAÇÃO DOS VISITANTES

QUALIDADE VIDA POPULAÇÃO LOCAL

OBJECTIVOS ECONÓMICOS - MELHORIA DAS ECONOMIAS LOCAIS

EMPREGO, MELHORES OPORTUNIDADES DE TRABALHO

COMPATIBILIZAR AS ACTIVIDADES DE TURISMO

COM AS CARACTERÍSTICAS ECOLÓGICAS E CULTURAIS DE CADA LOCAL

O Turismo de Natureza, criado pela RCM nº 112/98, consagra o seu desenvolvimento assente nos seguintes vectores:

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA | DESENVOLVIMENTO LOCAL

DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA | QUALIDADE DA OFERTA TURÍSTICA

33

Em síntese, tal como é apresentado, o TN contribui para o sucesso dos 4 vectores, através:

- Da oferta de alojamento: Casas de Natureza e Turismo em Espaço Rural
- Da prática da Animação Ambiental: Animação, Interpretação Ambiental e Desporto de Natureza
- Do apoio à utilização e reutilização do património construído
- Da sensibilização e educação ambientais
- Do apoio à criação de micro e pequenas empresas de restauração e de animação turística, e particularmente às iniciativas endógenas que promovam o emprego
- Da promoção dos produtos de base local
- Da divulgação das manifestações tradicionais e etnográficas locais como forma de afirmação da identidade cultural
- Do aproveitamento de estruturas museológicas e sítios culturais, zonas de pequenas indústrias locais, lojas de recordações, visitas a quintas

- Da utilização ordenada e sustentável dos recursos naturais passíveis de práticas de desporto de natureza
- Passeios a pé, de bicicleta, a cavalo, ski, vela, alpinismo, espeleologia, mergulho aquático, etc.
- Actividades como: fotografia, pintura, seguir percursos, visitar locais de interesse, gastronomia, conviver uns com os outros e com a população local
- Visitas de grupo para educação ambiental, visitas de estudo

O Turismo de Natureza tem, como enquadramento jurídico para prosseguir aqueles objectivos, a seguinte legislação:

- RCM n.º 112/98, de 25 de Agosto - estabelece a criação do PNTN
- DL n.º 47/99, de 16 de Fevereiro - estabelece o regime jurídico do TN
- DR n.º 2/99, de 17 de Fevereiro - regula os requisitos das instalações e do funcionamento das casas de natureza
- DR n.º 18/99, de 27 de Agosto - regula a animação ambiental

Concluindo:

Portugal, tem sido considerado pioneiro em termos de legislação e incentivos a práticas de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas e teremos concerteza mais que uma palavra a dizer por altura do Ano Mundial do Ecoturismo que será comemorado em 2002, sob a égide da UNEP, integrado nas iniciativas ligadas aos trabalhos do Rio + 10.

Turismo Sustentável, Ecoturismo ou Turismo de Natureza, só se tornam verdadeiros instrumentos de desenvolvimento local sustentável, se todos os responsáveis e intervenientes tiverem plena consciência dos princípios e objectivos que devem nortear o uso sustentável dos nossos recursos naturais e culturais. Torna-se igualmente indispensável que, nesta nova abordagem de desenvolvimento, se estabeleçam parcerias e o envolvimento das populações locais, dos agentes locais de desenvolvimento, os operadores turísticos, os peritos da conservação e da valorização do património natural e cultural, os peritos em turismo, entre outros.

Mário Freitas

PARQUE NACIONAL DA PENEDA GERÊS

Agradeço o convite para participar neste seminário. Pediram-me que apresentasse o caso do Parque Nacional da Peneda Gerês, do qual sou director desde Abril. Vou apresentar a minha perspectiva sobre a situação actual e as grandes questões que se colocam, concretamente no quadro da contextualização que a Maria João fez, deixando para o Rui Correia alguns outros aspectos.

A primeira questão que gostava de colocar, para contextualizar o que vou dizer, é que, efectivamente, quando falamos de «natural», falamos de tudo o que não tem a ver com o homem. O homem surgiu na terra a determinada altura, com uma determinada ocupação do território, o qual, sendo natural, deixou de o ser pela artificialização dos aparelhos social, político, económico, cultural e linguístico, que determinam que estejamos a falar sobre descrições da realidade e não sobre a realidade e, portanto, não há ninguém que possa ter a arrogância de pretender ser um descriptor, um interpretador dessa própria realidade. Estamos a discutir ideias e, muitas das vezes, essas ideias estão bastante distantes da realidade, são a forma como vemos a realidade.

Uma passagem muito rápida sobre as questões do Desenvolvimento Sustentável, para que possa colocar alguns problemas, e para dizer que esta noção, desde os anos 70 até hoje, evoluiu das perspectivas conservadoras, ecologistas e algo imobilistas, para perspectivas mais ambientalistas recentes e de um certo compromisso transnacional, mas onde as expressões economicistas estão ainda muito presentes. Na minha opinião, não há actualmente nenhum terreno pacífico, pelo contrário, o terreno é altamente conflituoso e, aparentemente sobre um consenso mundial de Desenvolvimento Sustentável, encontram-se realidades profundamente contraditórias. Iludirmo-nos disto é, provavelmente, comprometermos o que, inclusivamente, vamos fazer.

Quanto à questão do turismo, do ponto de vista da lógica do ambiente e do desenvolvimento, penso que temos que fazer um percurso, que é mais ou menos assumido do ponto de vista teórico, por muitas pessoas e que consiste em passar do modelo clássico de turismo de massas, de quantidades, de constrangimentos artificiais de grandes dimensões, numa lógica de um determinado modelo global de economia

para modelos de desenvolvimento em que o próprio turismo é visto como um meio de desenvolvimento sustentável, em que o ambiente não é visto como um constrangimento, mas como uma mais valia, em que a qualidade multivariada é muito mais atendida do que a quantidade, em que a pequena ou a moderada dimensão são elogiadas em detrimento da grande dimensão, em que a diversidade e especificidade é um critério em detrimento de outros clássicos e onde o ordenamento é absolutamente decisivo.

Falaria agora, do que se está a fazer no Parque Nacional da Peneda Gerês, à luz do Programa Nacional do Turismo de Natureza (PNTN). De facto, há neste momento um movimento no sentido de fazer um enquadramento estratégico do turismo no Parque, realçando algumas particularidades e aproveitando tudo o que estava feito até à altura. É o único Parque Nacional, faz parte de um parque transfronteiriço, insere-se num território onde, do ponto de vista de novos territórios classificados na rede NATURA, há uma realidade diferente e, ao fim e ao cabo, o que se procura fazer em primeiro lugar é tirar conclusões sobre as principais potencialidades e recursos, com base no que já havia disponível. Particularmente a paisagem, desde a geológica até à mais estritamente biológica, à mais humanizada que, nalguns casos, é geradora de biodiversidade; diversas evidências de presença humana, salientando as potencialidades que têm em termos de observação, contacto com a natureza, percursos pedestres, desportos ao ar livre, património histórico cultural diversificado desde o edificado até às festas, feiras e romarias, religiosas, profanas, etc; características peculiares, em perda desde etnográficas até produtos típicos, artesanato, e alojamento. A contextualização destas potencialidades e recursos que, em parte, se pode sustentar num estudo que foi feito no âmbito do PITER, é um trabalho que tem de ser feito, porque este enquadramento estratégico é o primeiro instrumento decisivo para se poder pensar na aplicabilidade da legislação ao Parque e, portanto, na implementação de um conjunto de medidas de Turismo Sustentável. Há um antigo projecto das “portas do Parque” que existe desde a sua criação e que aqui gostaria de abordar, já que constitui um nó essencial do que poderá ser o ordenamento de todo o turismo no Parque. A ideia das portas do Parque é uma ideia que, sucintamente, pretende criar nos pontos de contiguidade entre o território do Parque e o que lhe é exterior, através de uma estrutura com uma filosofia que, por um lado, marca a entrada e, por outro, liga ao exterior, procurando fazer a continui-

dade, a recepção, a monitorização, e a organização de um conjunto de actividades de recreio e turismo. É uma estrutura que se demonstra decisiva do ponto de vista da ordenação de várias coisas, mas concretamente da própria actividade turística do parque. Toda a sua conceptualização que pensamos finalmente ir ser, do ponto de vista estrutural, implementada a partir do próximo ano, desde que haja cumprimento das promessas de financiamento, demonstra-se, de facto, fundamental nesta perspectiva de ordenamento.

Ligado ao projecto das portas do Parque, temos a questão complexa e não planeada de um certo turismo selvagem instalado. Trata-se do projecto de rejuvenescimento do Vale de Gerês, absolutamente determinante, não só para corrigir uma distorção violenta que inclui a estabilização de parques de estacionamento com uma política progressiva de preços, transportes alternativos e, portanto, redimensionamento de todo o fluxo automóvel sobre uma zona muito sensível, repensar todas as estruturas existentes, etc. Pretende-se aliviar a pressão sobre um sítio onde o desenvolvimento foi algo selvagem, redimensionando para todo o Parque, privilegiando a existência das portas, toda uma lógica de distribuição do fluxo turístico e de desenvolvimento. Esta intervenção estará associada com uma outra, há muito tempo atrasada ou deficiente nas áreas protegidas, que é o processo de sinalização e identificação da área e de materialização de um conjunto de estruturas de contacto com o visitante. Estes constituem projectos estruturantes para o Parque Nacional, que durante os próximos dois ou três anos poderão ser decisivos e deverão estar integrados no enquadramento estratégico do turismo no Parque Nacional. Foi por isso que no plano de actividades consagramos, junto com os três eixos fortes do plano de actividades do ICN, estes dois projectos transversais, porque sendo de Desenvolvimento Sustentável são de profundas repercussões do ponto de vista da conservação da natureza. Gostaria de dizer que o que foi feito no Parque Nacional assenta nalguma discussão interna (as áreas protegidas são ou não são para turismo? até que ponto o turismo não é um atentado à conservação da natureza? que turismo queremos? o turismo é um mal necessário?) que possibilita pensar o turismo no Parque de uma forma mais integrada. É neste contexto que surge a elaboração da candidatura PITER. São conhecidas as minhas opiniões públicas acerca da candidatura PITER e, portanto, aproveito para começar a introduzir o que penso que pode ser mais interessante, que é a polémica. Penso que as referidas candidaturas

tenham uma vocação estruturante e integradora e isso reflecte-se, provavelmente, na candidatura do Parque da Peneda Gerês, pelo facto dos estudos de base e a da própria proposta terem uma filosofia integradora, se bem que, em minha opinião, ainda parcelar e incompleta. No entanto, com o financiamento avulso de um conjunto de estruturas, corremos o risco de perder o carácter estruturante e de ordenamento do PITER. Recentemente, em duas participações que tive, chamei a atenção para um aspecto que também existe nos registos do Parque e que, provavelmente, tem sido já discutido em fóruns públicos, que é o turismo nos Parques de Montanha, uma realidade diferente do turismo dos Parques do Litoral, embora possa haver aspectos comuns. Parece-me que não se pode conceber o turismo sem conceber a aprendizagem do exemplo de sustentabilidade que foi a ocupação do território da montanha pelas populações, que lentamente se foi perdendo por elogio de modelos de desenvolvimento que somos responsáveis, e que se não for recuperado não só compromete a conservação da natureza, como compromete a própria possibilidade de um Turismo sustentado na existência de populações. Corremos o risco de promover um turismo, mesmo que equilibrado a outros pontos de vista, num território esvaziado, descaracterizado da presença das populações e descaracterizado de uma própria história de ocupação sustentável do território que a pouco e pouco se foi desvanecendo. Ao fim ao cabo e guardei para o fim a colocação destas questões, suponho que por muito optimistas que queiramos ser, convirá haver alguém que, pelo menos por exercício de polémica, levante algumas questões determinantes. Em primeiro lugar, parece-me que continua a haver uma profunda contradição entre o que tudo aceita como tendência actual e futura de Desenvolvimento Sustentável e as teorizações, metodologias e modelos de estrutura de desenvolvimento clássico que temos. Onde quero chegar é que temos que rever tudo. O Desenvolvimento Sustentável, por exemplo, implica a ideia de dimensionamentos regionais, de contenções de lucro, que nada têm a ver com as concentrações de capital, as intervenções de grandes monopólios na obtenção de grandes lucros. A primeira questão a assumir é que, na construção do Desenvolvimento Sustentável, há um conjunto de princípios e de modelos em que acreditamos, que podem estar em causa e, portanto, pensar que o Desenvolvimento Sustentável é alguma coisa enquadrável no que já temos, pode ser, em minha opinião, algo de muito contestável. Em segundo lugar, o que temos do ponto de vista científico, técnico e político são intervenções parcelares. Com a herança da ciência moderna, posterior ao

século XVII, cometemos o grande erro, do ponto de vista intelectual, de acreditar que trabalhando «partes» obtemos «todos» como queremos. Temos tido as maiores surpresas, mas continuamos a acreditar ou a estar impossibilitados de ter outro tipo de metodologia. Há poucas metodologias de conceptualização do todo, de verificar e estudar que influência é que o todo tem sobre cada uma das partes. Tive alguma intervenção recente, e já passada nalguns fenómenos, quando trabalhei na apreciação do estudo impacto ambiental da Barragem de Chelas e, nesse contexto, chamava a atenção para esta questão que atinge, também, os estudos de impacto ambiental. Nunca poderemos tentar um estudo de impacto ambiental num empreendimento, mas na vastíssima conjuntura que tem a ver com o empreendimento – uma barragem é uma coisa e um conjunto de barragens num rio, é algo de completamente diferente. Se não construirmos continuidades de planeamento onde as políticas de conservação da natureza e as políticas de Desenvolvimento Sustentável se articulem e se conciliem, por mais que protejamos bocados, estamos condenados ao fracasso. Portanto, isto é uma contradição e um desafio que eu supinho que tenha de ser superado. Têm que ser aprofundadas, do ponto de vista conceptual, social, económico e político, as implicações do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Por exemplo, a questão de saber se o Parque Eólico deve ou não ser instalado não é pacífica. Há exageros por todos os lados, na medida em que, provavelmente, o Parque Eólico não mata tantas avezinhas quanto isso, tem algumas implicações complicadas quando exige abertura de estradas e caminhos que destroem o coberto vegetal ou no que respeita a questões paisagistas e de arquitectura de paisagem. Conforme o local onde estamos e o que estamos a discutir, o consenso tem que ser buscado. Repetimos vezes sem fim que o Desenvolvimento Sustentável não tem destino fixo, o caminho faz-se caminhando, mas depois queremos sempre aplicar um modelo fixo a cada etapa do Desenvolvimento Sustentável que queremos construir. Com isto, queria chamar a atenção para o facto de, como Director do Parque, a minha responsabilidade fundamental, embora numa lógica óbvia de consenso, nunca é ser o mais compreensivo possível com todas as pressões que existam, ou satisfazer facilmente os desejos dos outros, porque isso é a pior forma de colaborar.

Vou deixar algumas questões no ar:

- Tenho receio que os futuros PITER não privilegiem as características estruturantes e integradoras dos territórios mas, pelo contrário, o apoio particular de iniciativas
- A mesma preocupação existe relativamente ao SIVETUR, apesar de poder ser um instrumento muito positivo

As coordenações políticas são absolutamente necessárias, por exemplo, não é possível pensar num Turismo Sustentável no Parque Nacional se não se pensar numa política de fixação das populações, de desenvolvimento da agricultura e do comércio. Para terminar, do ponto de vista de acções previstas na base do que existe feito, e na lógica da própria construção da Carta de Turismo Sustentável, temos a consagração de uma particular atenção a um conjunto de estudos que, no âmbito dos já foram feitos para o PITER, deverão ser realizados (estudos de fluxos turísticos de capacidade de carga, de objectivos e reacções das populações, caracterização de presenças, monitorização de efeitos tanto sobre património natural como sobre a própria vida das populações, monitorização de benefícios para a população) com vista a tipificar a evolução do que vai sendo instalado. Em segundo lugar, a discussão e revisão do enquadramento estratégico do turismo no Parque: elaboração de Planos de Acção por concelho, pela lógica daquele Enquadramento Estratégico e na perspectiva de passar do Enquadramento Estratégico de todo o território do Parque para o enquadramento estratégico das regiões contíguas, o que obriga a discussões ao nível do concelho. A celebração de protocolos e compromissos, por exemplo, o que é que a hotelaria clássica pode adoptar como princípios de turismo ecológico.

Concluindo, não podem ser esquecidos três pontos fundamentais. Primeiro, o turismo nas áreas protegidas, o Turismo de Natureza tem que, obrigatória, inequívoca, explícita e controladamente, desenvolver um reverso para a conservação da natureza. Esse turismo não pode ser um turismo que não tenha uma taxa inclusivamente económica que reverta para a conservação da natureza. Segundo, este tipo de turismo tem que ter uma reversão clara e mensurável para o desenvolvimento do local, para a recuperação de fenómenos degradativos durante este tempo. Terceiro, tem

que ser sistematicamente avaliado, monitorizado e redimensionado à luz de novos critérios e indicadores. Nesta lógica, suponho que devem existir também, os instrumentos de incentivo que correspondam a esta expectativa, que discriminem o suficiente para poderem tornar este processo num sistema claramente triunfante, a médio e longo prazo.

Rui Correia

PARQUE NATURAL DE S. MAMEDE

Em primeiro lugar muito obrigado pelo convite que me foi endereçado. Começaria por fazer uma apresentação muito breve sobre o parque. O Parque de São Mamede ou Serra de São Mamede surge como que das planícies alentejanas e constituindo o ponto mais alto a Sul do Tejo, com cerca de 1025 metros no pico de São Mamede, e é, realmente, este factor da altitude que vai condicionar, em parte, as características do território que constitui aquele Parque. A serra foi formada por movimentos de compulsão lateral das camadas geológicas e é caracterizada pelo aparecimento de extensas cristas quartzíticas que bordejam toda a serra e que constituem, porventura, o acidente geo-morfológico mais importante da região. Temos o exemplo das cristas quartzíticas que bordejam toda a serra e que, nalguns casos, assumem aspectos particulares, como é o caso da falha geológica de Castelo de Vide e da qual resulta a existência de uma série de nascentes e fontes termais. Entre estas cristas distinguem-se alguns vales, mais alargados, onde ainda é possível praticar agricultura com algum sucesso; outros vales muito mais encaixados onde só existe uma agricultura de subsistência. Para além destes aspectos, há um outro importante que é a orientação do relevo noroeste sudeste, e que constitui uma barreira de condensação aos ventos que vêm do oceano, que encontrando essas serras sobem, arrefecem, condensam-se e provocam níveis de pluviosidade bastante elevadas quando comparados com o restante Alentejo. Basta dizer que em Mértola chovem 400/500mm por ano, enquanto que em Marvão e Castelo de Vide chegam a cair 900mm de pluviosidade. E são precisamente a água e o calor do Alentejo que vêm determinar o aparecimento de um coberto vegetal extremamente diversificado, como atestam a existência de inúmeras espécies com características bem adaptadas à secura, com as características da aridez do Mediterrâneo e que coexistem

com outras mais usuais em zonas mais setentrionais. Não admira, por isso, com esta diversidade de situações, que cerca das 800 espécies descritas para São Mamede, algumas delas conheçam aqui o seu limite de distribuição para Europa, o limite de sul e sudoeste. Também um outro aspecto, os líquenes e os briófitas que são bio-indicadores por excelência, atestam a qualidade ambiental de São Mamede, constituindo comunidades de excepção e fazendo com que a Serra de São Mamede seja uma das mais importantes neste aspecto. Obviamente que a esta diversidade de comunidades vegetais estão também associadas qualidades animais extremamente interessantes. Desde os passeriformes que existem nas sebes e nas hortas de Castelo de Vide, às grandes aves de rapina que aparecem nos montados, até aos répteis e aos anfíbios que existem na ilha em que a serra praticamente se tornou. Os morcegos, por exemplo, constituem um dos *ex-libris* da manofauna da região existente neste Parque, a maior colónia de morcegos cavernículas da Europa, que chega a albergar qualquer coisa como 20.000 indivíduos das mais variadas espécies, das quais cerca de nove têm o estatuto de muito raras ou ameaçadas. Os répteis e os anfíbios também apresentam um lugar de destaque na fauna do Parque de São Mamede, ou não existissem ali cerca de 70% das espécies de répteis descritas para Portugal, e 80% das espécies de anfíbios, algumas das quais são mesmo endemismos ibéricos, como é caso da simpática rã ibérica. Em relação às aves, temos também uma riqueza enorme, desde o Bufo Real à Águia de Bonelli, até ao raríssimo Melro de Águia e Chasco Preto que existem a norte na serra.

A rede hidrográfica do Parque assume, também, aspectos particularmente interessantes e podemos estabelecer um paralelo – a Serra de São Mamede está para o Alentejo, como a Serra da Estrela está para o resto do país, tal é a importância que este maciço montanhoso desempenha na recarga dos recursos hídricos da região. Por fim, falta a componente humana. Dos censos de 1991, sabe-se que vivem no Parque cerca de 30.000 habitantes, contando Portalegre, capital de distrito que está dentro do Parque, o que faz com que São Mamede seja uma das áreas mais densamente povoadas das áreas protegidas do interior, obviamente. E, portanto, não admira que apareçam inúmeros vestígios da presença humana que remontam desde o paleolítico. O megalitismo está profundamente representado em São Mamede desde as antas, pelo seu elevado número e dimensão (Menir da Meada, é o maior da Península Ibérica, com cerca de 7,5 metros de altura). Da idade dos metais, podemos falar das pinturas rupestres da Serra do Cavaleiro, em Arronches, enquan-

to Marvão nos traz testemunhos da presença romana, como é o caso da cidade romana da Amaia. Se estes motivos não chegassem para considerar São Mamede uma área protegida, podíamos ir buscar exemplos mais recentes; poderia falar da monumentalidade de Marvão que é uma verdadeira jóia arquitectónica, do testemunho dos cristãos novos de Castelo de Vide, dos palácios setecentistas de Portalegre, da luminosidade da cal de Arronches e da Esperança. Portanto, tudo isto constitui uma extraordinária biodiversidade, que é o *ex-libris* do parque.

Não resisto a contar uma pequena história: quando me pedem para descrever o Parque, costumo dizer que, Deus ao criar Portugal, criou o Gerês e pôs lá o corço; criou Montesinho e pôs lá o lobo; criou o Douro Internacional e pôs lá o Abutre do Egípto... aquilo que ia sobrando punha num saco. Esqueceu-se de São Mamede, e quando chegou a vez de lhe perguntarem: «Então e São Mamede?» Olha, estão ali aqueles restos, vamos pôr lá tudo. E, portanto, isto representa a imagem do Parque de São Mamede, tal a diversidade de situações que ali aparecem.

Temos aqui três factores: património natural, com bastante riqueza; património construído com alguma monumentalidade e gentes afáveis e hospitaleiras. Estão aqui, portanto, os três vectores que constituem um chamariz para o turista, principalmente para o urbano.

A partir daqui vamos pôr a primeira questão: que tipo de turismo desejamos para as áreas protegidas?

Quando falamos de turismo estamos a falar, segundo as conclusões do IV Congresso Mundial de Parques, realizado pela União Internacional da Conservação da Natureza, em 1996, no aspecto económico numa das mais importantes indústrias civis, do mundo. Não vale a pena, tendo em conta o tipo de audiência, falar na relevância do fenómeno turístico; o que me parece já relevante é falarmos na necessidade de fazer face à problemática do turismo nas áreas protegidas que, por definição, são os repositórios dos valores naturais e culturais mais significativos do nosso país e, ao fim e ao cabo, a razão da procura turística. Se por um lado, o turismo é considerado uma fonte de crescimento económico e desenvolvimento, também é, e não esqueçamos isto, conforme constatação da Conferência Internacional dos Ministros do Ambiente sobre biodiversidade e turismo, realizada em Berlim em

Março de 1987, uma potencial fonte de degradação do ambiente; e não é por acaso que o Plano Nacional de Turismo para o triénio de 85/88 referia que o turismo deve contribuir para a protecção do património natural e valorização do património cultural. Portanto, nesta perspectiva, não posso deixar de referir dois dos princípios orientadores que a actividade turística nas áreas protegidas deve ter. Ou seja, o turismo deve assentar as bases do seu desenvolvimento na defesa intransigente da oferta e todo o esforço do desenvolvimento turístico deverá ter como pressuposto a participação das populações.

Penso que também é pacífico, e hoje em dia ninguém o põe em causa, que o Estado, como entidade a quem compete assegurar a satisfação das necessidades colectivas, crie áreas protegidas, com a finalidade de preservar um conjunto de valores naturais e culturais raros ou ameaçados que, portanto, deverão ser fortemente condicionados à observância de algumas regras de funcionamento que vamos passar a referir. Estas áreas protegidas ocupam cerca de 7% do território nacional e são, com alguém já chamou, as jóias da coroa do nosso património; e a quase todas elas (estou a falar mais a nível de parques naturais e talvez parque nacional, as reservas naturais é um pouco distinto) está associado este objectivo: promover a divulgação dos valores naturais, paisagísticos, culturais, estáticos e científicos da área, nomeadamente, criando condições adequadas à visita ordenada do Parque Natural para fins recreativos e científicos. Portanto, nestas áreas assume particular importância o ordenamento da visita que já foi aqui falado várias vezes. Daí a importância e o papel relevante da existência da tal estratégia de actuação que o Professor Mário Freitas falou e que tem que ter em conta a fragilidade e a capacidade de carga dos sistemas aqui em causa. É, portanto, fundamental e imprescindível que as áreas protegidas, pela sensibilidade dos valores que encerram, se antecipem aos eventuais efeitos nefastos da actividade turística, determinando a capacidade de carga dos eco-sistemas, nomeadamente a ecológica e a socio-económica.

Planear e ordenar o território é, na área do turismo, condição indispensável para a implementação de um Turismo Sustentável, que, ao fim e ao cabo, deve respeitar o ambiente natural, cultural e social; deve ser motor de desenvolvimento económico, social e local; deve constituir vector de enriquecimento cultural, tanto para visitantes, como para a população receptora.

Prossegue-se para segunda questão: como é que tentámos implementar alguns destes conceitos no Parque Natural da Serra de São Mamede?

É importante realçar a filosofia que orientou a actuação das áreas protegidas durante algum tempo. Muitas vezes as áreas protegidas em Portugal eram encaradas como autênticas agências de desenvolvimento local, e os exemplos são variadíssimos: o arranjo do sino da igreja no Parque de Montesinho, a instalação do posto médico com obras custeadas pelo Parque, a melhoria dos acessos, o arranjo das levadas de água. Também no turismo não fugiu à regra e muitos dos parques substituíram-se ao operadores turísticos privados, com a criação, nomeadamente, das unidades de alojamento, com o intuito de potenciar e incentivar as populações locais a participarem mais nos seus próprios projectos de desenvolvimento. Não esquecendo que o objectivo último do Instituto de Conservação da Natureza é garantir a perenidade do património natural, procurava-se, através de intervenções com algum carácter de exemplaridade, mostrar como a conservação da natureza podia ser um factor de desenvolvimento da região. E foi precisamente neste cenário que iniciámos algumas tentativas tímidas. Nesta área, é preciso não esquecer que foi há cerca de dez anos, tínhamos sempre o objectivo de nos anteciparmos à tal procura que se adivinhava cada vez mais forte e, por outro lado, agíamos sob aquela máxima de que só se protege aquilo que se ama e só se ama aquilo que se conhece. Portanto, uma das nossas preocupações era tentar dar a conhecer algumas das características específicas da área do Parque. Obviamente, não foi nossa intenção substituirmo-nos aos agentes privados, aliás, éramos, somos e continuamos a ser amadores nesta área e, portanto, esse protagonismo, sinceramente, não o desejávamos, nem o desejamos. Foi um conjunto de circunstâncias que determinaram essa actuação. E, no caso de São Mamede, não nos podemos esquecer que, nessa altura, a própria Região de Turismo de São Mamede era uma estrutura algo incipiente, quando comparada com o dinamismo e a pujança que hoje apresenta. Numa primeira fase, sinalizou-se a área protegida (hoje em dia há um programa de sinalização que pretende uniformizar a imagem do ICN em todo o território nacional, mas naquela altura era o que sabíamos); editaram-se materiais de divulgação; implementou-se a interpretação de uma rede de percursos pedestres. Também na criação de unidades de alojamento tivemos algum papel, recuperando quatro edifícios públicos abandonados, escolas primárias, através de um protocolo com as Câ-

maras Municipais que nos cederam esse património. Curiosamente, foram as primeiras unidades de alojamento perfeitamente legalizadas no ICN, pela Direcção Geral do Turismo. Também se criaram infra-estruturas de acolhimento a visitantes em parceria com as Câmaras (Centro de Interpretação de Castelo de Vide) e postos de informação turística, a recuperação de espaços de recreio e lazer; a recuperação de alguns arqueosítios de interesse (as pinturas rupestres de Arronches, na Serra dos Cavaleiros); a recuperação de algumas construções tradicionais (as choças e os chafordões característicos daquela região); e por fim, mas não menos importante a aquisição de uma propriedade, a Quinta de Olhos de Água, com o intuito de criar um espaço integrado de descoberta da natureza. Por outro lado, também colaborámos em algumas acções de formação, por exemplo em colaboração com a Região de Turismo; demos algum apoio técnico na preparação de roteiros e percursos a alguns operadores turísticos privados e também fomos responsáveis pela organização de alguns encontros técnicos, nomeadamente, o encontro sobre turismo sustentável nas áreas protegidas de montanha, que foi o “pontapé de saída” para a nossa participação no projecto da Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas. Este projecto foi liderado, inicialmente, pela Federação Francesa de Parque Naturais Regionais, sobre a égide da Europarque, a Federação Europeia de Parques. Vinha já sendo desenvolvido em dez parques pilotos da Europa dos quais temos aqui um representado através do Senhor Peter Ruppitsch, director do parque austríaco; havia ainda dois parques ingleses, dois espanhóis, franceses, belgas. Em 1999, em Lille, já havia 12 parques porque tinham entrado os dois parques portugueses, o de São Mamede e a Peneda Gerês, e tive a ocasião de me deslocar com o Engenheiro Paulo Castro, para a assinatura do compromisso em comum, no prazo de um ano, nos propunhamos apresentar uma estratégia de actuação, de acordo com os princípios da Carta.

O que é a Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas? É um programa de boas práticas para a implementação de formas de turismo sustentado dentro das áreas protegidas. Tal como o Programa de Boas Práticas Agrícolas, também há um programa de boas práticas para a implementação deste turismo sustentável. É, também, a expressão de um compromisso contratual voluntário e, sublinho esta palavra, entre a área protegida e os parceiros, nomeadamente os operadores turísticos privados, porque é para eles que este instrumento se destina. Portanto, encoraja-se o desenvolvimento turístico em harmonia com uma gestão sustentada

dos recursos naturais da região. Muito mais do que um conjunto de princípios filosóficos, é um instrumento ao serviço do ambiente, do turismo e do próprio desenvolvimento local. Pode, inclusive, ser usado como referência, uma vez que é um conjunto de regras para o desenvolvimento de formas de turismo de qualidade ambientalmente correctas. Prevê a implementação de Planos de Acção concretos baseados numa parceria entre os profissionais de turismo e gentes locais, Região de Turismo, associações de desenvolvimento e, obviamente, as autarquias.

Por último, distinguirá a nível europeu as regiões e empresas que desenvolvam formas de turismo correctas do ponto de vista ambiental. Basicamente, os seus objectivos genéricos são proteger e valorizar o património local, desenvolver económica e socialmente a região, melhorar a qualidade de vida dos residentes, controlar a pressão turística e melhorar essa oferta turística. E foi deliberado a nível europeu, que os tipos de aderentes eram de três níveis: a área protegida, as empresas turísticas e os operadores turísticos. Entendemos que para a realidade portuguesa era impensável desenvolver um projecto deste tipo sem a participação das Câmaras e da Região de Turismo. Como é que foi implementado no Parque Natural da Serra de São Mamede? Cada uma das empresas aderentes teve que apresentar um plano de acção que fosse apropriado à realidade do território e aos princípios da Carta. Isto implicava um árduo trabalho de parceria e foi nesse sentido que temos tentado implementar esta estratégia de actuação na área protegida. Portanto, foi possível estruturar um conjunto de acções facilmente implementáveis, a médio e curto prazo, com as empresas aderentes. E porque este conjunto de acções constitui um dos *itens* de avaliação que vai ser julgado pela comissão de avaliação europeia, as acções têm de estar concretizadas no terreno. Por outro lado, é bom não esquecermos que o tecido empresarial daquela região, na área do turismo, põe algumas reticências a mudanças profundas nas suas lógicas de actuação. É bom não esquecermos que a Carta Europeia de Turismo Sustentável não é um instrumento financiador. Logo aí começam a surgir problemas. O programa de acção dos parceiros deve abordar as problemáticas que vou referir a seguir e são, basicamente, os objectivos específicos da Carta: criação de uma oferta turística específica e melhoria da qualidade dessa oferta; sensibilização ao público; formação. Na formação, por exemplo, é possível que as empresas estabeleçam no seu Plano de Acção a possibilidade da realização de acções de formação para os seu funcionários. A melhoria da qualidade da oferta turística específica pode ser conseguida pelas empresas através da

realização de um questionário, onde se procuram saber as expectativas, os desejos dos clientes, de modo a direccionar a oferta de acordo com o tipo de visitantes que podem aparecer. No caso da sensibilização ao público, por exemplo, já não será área de actuação das empresas, mas uma responsabilidade da própria área protegida. Quando se fala em educação ambiental é uma responsabilidade que está cometida muito mais à área protegida do que aos parceiros privados.

A melhoria da qualidade de vida dos habitantes, não competirá aos parceiros da Carta, parceiros privados, mas às autarquias e a todos nós. Podemos falar na melhoria das acessibilidades, na electrificação rural, na melhoria do saneamento, abastecimento de água, etc.

Um outro objectivo extremamente importante é preservar e valorizar o património. Neste âmbito, embora seja uma responsabilidade directa da área protegida, as empresas podem ter um papel importante. Há pequenos comportamentos que os operadores podem assumir e que não aumentam os seus custos de produção, desde a separação selectiva dos resíduos, à utilização de garrafas de vidro, eliminar produtos descartáveis, utilizar toalhas de pano em vez de toalhas de papel, utilizar lâmpadas de baixa potência, enfim, os exemplos são variadíssimos.

48

Um outro aspecto de desenvolvimento económico e social diz respeito aos parceiros privados implementarem algumas estratégias de apoio à economia local e ao desenvolvimento de novas oportunidades de emprego. O apoio à economia local tem a ver com a preferência conferida aos produtos nacionais ou aos pratos tradicionais. Por fim, o controlo da frequência turística, pode passar uma rede de transportes ecológica. Como é que se pode aderir à Carta? A empresa tem de realizar um diagnóstico das suas actividades, redigir uma estratégia segundo os princípios da Carta, reorientar, se for caso disso, os seus objectivos, apresentar um Plano de Acção de um ou três anos, consoante a empresa ou o operador turístico e assinar um compromisso de realização do Plano de Acção em parceria com o parque. Quais são os benefícios? Receber uma distinção a nível europeu e a adopção de uma gestão ecológica e ambientalmente correcta, o desenvolvimento de novas actividades comerciais, o reforço da qualidade da oferta e o reforço da satisfação do visitante que não é menos importante.

O que é que envolve a avaliação e renovação da Carta? Envolve a recepção de um especialista nomeado pela União Europeia que vai avaliar o desempenho da empresa, de acordo com os princípios da Carta. Essa avaliação pode ser feita ao fim de um ou

três anos, seguindo-se um processo de renovação idêntico ao da primeira adesão. Em Portalegre, a primeira sessão pública da apresentação da Carta foi algo problemática, até porque o discurso foi em francês. Tivemos que inflectir ligeiramente a estratégia e privilegiar os contactos directos com as empresas: seleccionámos catorze, que nos pareceram mais sensibilizadas, com as quais trabalhámos em estreita parceria. Na nossa realidade, algumas empresas não tinham experiência na elaboração dos seus Planos de Acção, pelo que foi necessário um trabalho de dois técnicos e só agora é que temos, mais ou menos, preparada a nossa estratégia de actuação e o processo vai continuar, com mais estagiários que vão ser envolvidos.

Por fim, não queria deixar de referir, porque é da mais elementar justiça, a eleição de alguns parceiros estratégicos, sem os quais este projecto não tem qualquer hipótese de êxito. Desde logo e à partida, as Câmaras Municipais, a Região de Turismo de São Mamede, a Associação dos Artesãos, algumas fundações, associações de desenvolvimento e o Instituto Politécnico de Portalegre, nomeadamente através da sua Escola Superior de Educação que tem um curso relacionado com o turismo. Também propusemos a criação de uma comissão de acompanhamento para assegurar a realização de avaliações periódicas do modo como se está a desenvolver este processo. Envolveamos a CCR, a Direcção Regional do Ministério da Economia, a Direcção Regional do Ambiente, o próprio Instituto da Conservação da Natureza e o IPAMB. Esqueci-me de referir um parceiro estratégico que é a Associação Regional de Turismo-Natureza, a qual trará uma mais valia ao processo, logo que seja considerada parceiro de pleno direito em todo este processo.

NATUR EZA

Turismo de Natureza
Actividades e projectos
de qualificação de oferta turística

TURISMO

NA TUREZA

SEGUNDO PAINEL

Paulo Neves - Presidente da Associação Nacional das Regiões de Turismo

MODERADOR DO PAINEL

Queria agradecer o convite que nos foi endereçado para coordenarmos este painel. É fácil compreender porque é que o Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo convidou as Regiões de Turismo para este seminário sobre Turismo de Natureza. Nas áreas que nos competem, a nível nacional, tem havido um estreitamento cada vez mais acentuado das nossas relações com a Administração Ambiental e com os parques naturais e as áreas de paisagem protegida em Portugal. As Regiões de Turismo têm no seu seio a representação de todos os municípios no âmbito geográfico da sua actuação nos casos onde existem, também há representação através do Ministério do Ambiente, além dos diferentes organismos desconcentrados e dos representantes do sector privado, sindicatos e empresários. Nesse sentido, temos o maior interesse em aproveitar ao nível local/regional este Programa de Turismo e Natureza, todos os ensinamentos e informação que resulte deste seminário e potenciar o aproveitamento de todos os sistemas de incentivos, para que também possamos ser animadores deste desenvolvimento que implica um respeito mútuo e conhecimento dos limites e das sinergias que podemos retirar para o turismo, sem “matar a galinha dos ovos de ouro” que é o espaço onde todos vivemos e onde se desenvolvem as actividades económicas. Penso que esta é a questão essencial e não me refiro apenas às áreas de paisagem protegida, mas a todo o ambiente local onde nós desempenhamos as nossas actividades. Nesse sentido, estamos, obviamente, dentro deste mesmo barco com o ambiente e, enquanto Regiões de Turismo, interessados em garantir essa fruição do espaço a todos nós e às gerações vindouras em todo o território nacional.

53

José Azevedo e Silva - Direcção-Geral do Turismo

Tendo sido incumbido da apresentação da intervenção destes serviços, procurarei transmitir a visão da DGT relativamente ao tema do debate – Turismo e Natureza –

sob o ponto de vista do turismo e em articulação com aspectos de ordenamento do território e, ainda, com as competências e a actuação dos serviços no âmbito do Programa Nacional de Turismo de Natureza.

1.

Julgo ser do conhecimento geral que o turismo contribui com cerca de 8% para o PIB nacional e emprega directamente 6% da população activa, sendo uma actividade económica em expansão, tanto a nível mundial como a nível nacional, onde Portugal apresenta valor concorrencial assinalável em resultado de factores climáticos, culturais e ambientais.

De facto, o desenvolvimento racional e equilibrado do turismo é fundamental para o nosso País, já que, tratando-se de um sector gerador de infraestruturas, de equipamentos, de actividades e de empregos, pode proporcionar uma verdadeira cadeia de riqueza com repercussões directas nas economias regionais e na economia nacional, onde, no conjunto dos seus ramos directos e indirectos, já possui um peso superior a outros sectores significativos na nossa estrutura de especialização económica.

Também está plenamente demonstrado que o turismo é fortemente dinamizador de actividades económicas locais, face ao excelente grau de apropriação potencial dos seus efeitos multiplicadores pelos sistemas regionais e locais. Paralelamente, e face às suas características, o turismo surge como um conjunto de actividades económicas que pode preservar o carácter local ou regional, sem perigo de deslocação de actividades e, conseqüentemente, de postos de trabalho.

Portugal não pode desperdiçar a oportunidade que a sua excelente posição geográfica lhe oferece nem enjeitar a responsabilidade de desenvolvimento que a sua natural vocação turística lhe comete. Para isso, há que promover a “qualidade” do nosso turismo, assegurar a sua “competitividade” através de uma política coerente, e defender, intransigentemente, o “património turístico” nacional que compreende recursos naturais e culturais, os quais constituem o argumento base para a definição de uma política turística e para a concepção do modelo de equipamentos turísticos a fomentar.

Os efeitos multiplicadores de desenvolvimento originado pela actividade turística (a criação de emprego e serviços, a fixação da população e a recuperação e conservação do património local e de actividades tradicionais como sejam a gastronomia, artesanato e folclore) são sobretudo visíveis nas zonas rurais carenciadas, envelhecidas e desertificadas (áreas protegidas, aldeias do interior) que a melhoria das acessibilidades tornaram menos isoladas e que apresentam potencialidades de aproveitamento turístico quer pelo seu enquadramento paisagístico quer pela qualidade urbana e patrimonial dos aglomerados.

Considera-se, assim, importante potenciar o desenvolvimento económico do país e das suas zonas mais desfavorecidas tirando partido dos recursos naturais, patrimoniais e culturais existentes numa óptica de desenvolvimento equilibrado.

A filosofia de investimento e planeamento do turismo sofreu alterações nas últimas décadas devido à concorrência da oferta actual, ao aparecimento de novos produtos complementares ou alternativos ao sol e praia, à necessidade de animação complementar à função alojamento, às preocupações com a saúde, à valorização da qualidade ambiental e especificidades (designadamente culturais) dos destinos turísticos, tendo o investidor hoje em dia a perfeita noção do valor, como componente da oferta turística, das vertentes ambiental e cultural.

Em termos de actuação futura, torna-se evidente a necessidade de se atender à existência de uma relação de forte dependência face aos recursos naturais, de ordem física, ecológica e sócio-cultural. O conhecimento e subsequente respeito pelos limiares de utilização, em termos de capacidade de carga destes recursos pertencentes ao sistema ambiental, será tido como condição fundamental para a manutenção das condições propícias às actividades turísticas.

Os recursos naturais e culturais constituem a base fundamental de sustentação das actividades turísticas, actuando como o factor motivador dominante da procura e do desenvolvimento turístico. A eficiência do processo de promoção e utilização, para fins turísticos, dos recursos ambientais deve assentar num correcto balanço entre as prioridades económicas e ambientais, através de uma gestão adequada dos recursos e da redução do conflito economia-ambiente.

Quando adaptado ao ambiente local e à sociedade, por meio de planeamento e gestão cuidados, o turismo pode desempenhar um papel preponderante na conservação do ambiente.

O turismo pode ajudar a justificar a conservação da natureza, participando, inclusivamente, no respectivo processo.

2.

As situações de falta de qualidade paisagística e ambiental e a ocupação desordenada do território nos centros urbanos e em zonas de maior concentração turística constituem-se como um dos problemas do Turismo em Portugal.

Os benefícios do planeamento são, por conseguinte, reconhecidos pelo sector turístico, nomeadamente por potenciarem um desenvolvimento qualitativo sustentável, com as necessárias infraestruturas, equipamentos e serviços públicos de apoio e com a garantia de serem salvaguardados os recursos turísticos primários ambientais, culturais e sociais e as identidades e potencialidades locais das zonas com reconhecida valência turística, o que se reveste de grande importância, sobretudo nas áreas mais sensíveis (orla litoral, zonas rurais, áreas protegidas).

Embora o sector do Turismo, como se sabe, apenas se possa pronunciar sobre empreendimentos claramente turísticos, tem-se procurado que estes correspondam a intervenções no território qualificadas, preservando espaços livres e valores do património cultural e ambiental obrigando, ainda, a uma edificação esteticamente mais cuidada.

É, assim, de registar a sua iniciativa pioneira, como organismo público, de obrigar a assinatura dos projectos pelos arquitectos. E, se não se conseguiu introduzir neste processo os arquitectos paisagistas, tal se deve à complexidade de legislação em vigor – Decreto-lei nº 73/73 – e dos mecanismos da sua revisão.

No panorama urbanístico português, *vide* por exemplo o Algarve, as ocupações turísticas de qualidade – realço, as ocupações turísticas de qualidade – continuam a destacar-se da massa do edificado imobiliário que lentamente as tem vindo a envolver, quase diríamos a sufocar.

A aprovação deste imobiliário nunca dependeu, em essência, dos serviços de turismo. Na realidade é desmotivador que o importantíssimo valor cénico das paisagens portuguesas esteja em degradação por construções dispersas, desordenadas e inestéticas que nada promovem o turismo.

Por outro lado, é de sublinhar que a legislação de 1971 e, depois, a de 1989 obrigavam a que os pareceres da DGT, sobre esses tais empreendimentos exclusivamente turísticos, tivessem que atender aos pareceres vinculativos das entidades realmente determinantes no âmbito da ocupação física do território – e da paisagem – na altura sobretudo os serviços de urbanização e as Câmaras Municipais.

A partir de 1997, com a publicação dos novos regimes jurídicos referentes aos empreendimentos turísticos, aos meios complementares de alojamento turístico, ao turismo no espaço rural, aos estabelecimentos de restauração e bebidas e às agências de viagens, esta colaboração continua-se por outra forma, passando as autarquias a centralizar a aplicação dos normativos dos vários Planos e a assegurar o cumprimento de todas as preocupações de ordem ambiental e de ordenamento do território.

O sector do Turismo tem participado na maior parte desses Planos, através da emissão de pareceres ou integrando as Comissões Técnicas de Acompanhamento, tendo em vista a correcta inserção dos equipamentos e das actividades turísticas no território, sendo significativa, neste aspecto, a criação, na Direcção-Geral do Turismo, de uma Direcção de Serviços de Ordenamento e Planeamento Turístico.

Como se vem a demonstrar tem sido preocupação dos serviços de Turismo, numa colaboração cada vez mais articulada com os do Ambiente, promover ocupações de qualidade que assegurem a preservação do património cultural e natural e o valor cénico único das nossas paisagens, aspectos que para nós são de maior importância.

3.

Creemos, assim, que no actual quadro da nossa economia e no estado de avanço do nosso planeamento e ordenamento do território é possível o turismo dar um contributo importante para a preservação do património cultural e ambiental.

São claros exemplos disso, entre outras acções as da implementação do Programa das Aldeias Históricas, do Turismo em Espaço Rural, e dos concursos de ideias para salvaguarda de centros históricos e frentes de mar nas cidades algarvias, etc.

Pioneiro até a nível europeu é, também, o Programa Nacional de Turismo de Natureza de que adiante falaremos.

Um outro aspecto queremos referir – o conjunto de estudos levados a efeito pelo sector do Turismo (DGT e IFT) ou acções em colaboração com outras entidades – desde o Plano Regional de Turismo do Algarve, os estudos abordando a área ambiental, realizados por várias universidades – Universidade Nova, Universidade de Aveiro e do Algarve.

De salientar, ainda, os estudos mais recentes, em vias de conclusão, a ultimar pela Universidade do Algarve: a ponderação da vertente ambiental dos empreendimentos turísticos; a construção de indicadores de avaliação de qualidade do turismo; a metodologia de avaliação *ex-ante* de projectos com impactes ambientais.

58

4.

De facto, o tema deste debate enquadra-se nas preocupações da Secretaria de Estado do Turismo já expressas nas “LINHAS ORIENTADORAS PARA A POLÍTICA DE TURISMO EM PORTUGAL” apresentadas em 1998 as quais indicam como uma das linhas de acção imediata a “Defesa e valorização intransigente do meio ambiente, dos nossos recursos naturais, históricos, culturais e humanos no quadro de um desenvolvimento sustentado”.

Por outro lado, verifica-se que idêntica preocupação está contida na Resolução do Conselho de Ministros nº 102/96, de 8 de Julho, que privilegia as áreas protegidas como áreas prioritárias para os investimentos públicos que pretendam promover a qualidade de vida das populações e o desenvolvimento sustentável, de que se destaca a medida de apoio a práticas turísticas de recreio e lazer não nocivas ao meio natural (Anexo, B - 5).

A criação pelo Governo do Programa Nacional de Turismo de Natureza, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98, de 25 de Agosto, como produto turístico e ambiental exclusivo da Rede Nacional de Áreas Protegidas (PNTN), vem tornar possível a consolidação da imagem de Portugal como um destino turístico de qualidade diferenciado e competitivo, desde que os recursos naturais sejam preservados, as políticas sectoriais articuladas e, de entre outros, qualificados os recursos humanos e estimulada a criatividade e a iniciativa dos empreendedores do turismo.

4.1

Assim, dos objectivos do PNTN destacam-se:

- compatibilizar as actividades de Turismo de Natureza com as características ecológicas e culturais de cada local, respeitando as respectivas capacidades de carga
- promover projectos e acções públicas e privadas que contribuam para a adequada visibilidade das Áreas Protegidas através da criação de infra-estruturas, equipamentos e serviços
- promover no interior das Áreas Protegidas a instalação e o funcionamento dos diferentes serviços de hospedagem em casas e empreendimentos turísticos de Turismo no Espaço Rural
- promover a instalação e o funcionamento das “Casas de Natureza”
- valorizar a recuperação e/ou a reconversão dos elementos do património construído existentes, passíveis de utilização pelas actividades de Turismo de Natureza
- incentivar práticas turísticas de lazer e recreio não nocivas para o meio natural
- fomentar actividades que contribuam para a sensibilização e educação ambientais dos visitantes e população em geral
- incentivar a criação de micro e pequenas empresas de restauração e de animação turística, particularmente as iniciativas endógenas que promovam o desenvolvimento local e as relações de proximidade entre as populações e os turistas

- promover os produtos de base local e a sua comercialização, nomeadamente através da gastronomia
- incentivar o aparecimento de novas profissões e actividades na área do turismo que sejam mais aliciantes à fixação dos jovens
- promover as actividades de animação que se destinem à ocupação dos tempos livres dos visitantes e que contribuam para a divulgação e interpretação do património natural e cultural

4.2

O Turismo de Natureza compreende os serviços de hospedagem prestados em:

- Casas e empreendimentos turísticos de TER;
- Casas de Natureza, nas modalidades de:
 - Casas-abrigo
 - Centros de acolhimento
 - Casas-Retiro

O regime jurídico da instalação e funcionamento das Casas de Natureza é regulado pelo Decreto-Lei nº47/99, de 16 de Fevereiro e pelo Decreto Regulamentar nº 2/99, de 17 de Fevereiro.

O Turismo no Espaço Rural é regulado pelo Decreto-Lei nº169/97, de 4 de Julho e pelo Decreto Regulamentar nº 37/97, de 25 de Setembro.

4.3

Integram-se, ainda, no Turismo de Natureza as actividades de animação ambiental destinadas a promover a ocupação dos tempos livres dos turistas e visitantes, através do acolhimento e fruição dos valores naturais e culturais próprios da Área Protegida nas modalidades de:

- Animação
- Interpretação ambiental
- Desporto de natureza

A animação ambiental é regulada pelo Decreto Regulamentar nº 18/99, de 27 de Agosto.

4.4

No âmbito das competências estabelecidas nos diplomas legais atrás referidos e para além das competências relativas ao TER, a DGT deve dar parecer sobre a instalação e funcionamento das Casas de Natureza, sendo os processos respeitantes à sua instalação regulados pelo regime jurídico de licenciamento de obras particulares, competindo às Câmaras Municipais o respectivo licenciamento.

O parecer do ICN, também necessário, abordará questões de ordem ambiental mais específicas.

A apreciação e o parecer da DGT visam assegurar a valorização turística e ambiental das regiões onde se inserem os empreendimentos, casas de natureza e actividades turísticas propostas, tendo presentes os pressupostos fundamentais já referidos.

4.5

No âmbito da implementação do PNTN, compete, também, à DGT e ao Instituto de Conservação da Natureza (ICN) a elaboração do Plano de Promoção do PNTN e das acções nele contempladas, de um Guia de Turismo de Natureza e de um Código de Conduta para o Turismo de Natureza, elementos que poderão acelerar a adesão ao programa.

4.6

De referir, ainda, que a DGT, no âmbito do PNTN, acompanhou o desenvolvimento do Plano Estratégico da Área do Parque Natural da Serra de S. Mamede e os trabalhos do 2º Projecto Piloto, para a área do Parque Natural da Ria Formosa.

Igualmente, tem colaborado na apresentação do PNTN em sessões de esclarecimento promovidas em Áreas Protegidas.

5.

A terminar e de acordo com a experiência nos serviços da DGT, terei que referir que actualmente não é significativa a adesão ao PNTN, o que se julga resultar da inexistência de apoios e incentivos financeiros específicos e adequados.

Relativamente ao alojamento no âmbito do TER, que não se confina às Áreas Protegidas, cumpre-me informar que, apesar de se considerar muito interessante, tem ainda uma expressão económica limitada – 5.766 camas em 1999 – demonstrando, no entanto, grandes potencialidades e registando uma evolução favorável.

Com a implementação de um sistema de incentivos eficaz, cuja publicação se aguarda, e dirigida a produtos de vocação estratégica, como é o Turismo de Natureza, espera-se uma adesão efectiva de novos projectos e iniciativas turísticas de qualidade a desenvolver nas Áreas Protegidas.

Peter Ruppitsch

PARQUE NATURAL HOHE TAUERN (ÁUSTRIA)

Muito obrigado pelo convite, tenho muito prazer em poder estar aqui e ter a oportunidade de falar sobre este tema. Gostaria de começar por dizer que não pretendo apresentar ideias teóricas nem falar dos nossos lemas, mas partir do princípio de que o turismo em zonas protegidas pode ser uma praga ou uma benção. Como sou uma pessoa prática que tem o privilégio de trabalhar no maior e mais antigo parque nacional austríaco, aprendi ao longo de 15 anos que as melhores ideias são pouco úteis se não puderem ser colocadas em prática. Por este motivo, com a ajuda de alguns exemplos práticos, gostaria de apresentar a forma como este tema tão sensível é tratado num país como a Áustria, país com grande tradição na área do turismo.

O Parque Nacional Hohe Tauern, com 1800 km², constitui a maior reserva natural da Europa Central e o mais antigo parque nacional da Áustria. O parque foi, em grande parte, estabelecido sobre propriedade privada e abrange, por um lado, uma vasta paisagem alpina selvagem e, por outro, uma paisagem cultural marcada por séculos de indústria mineira.

O coração e núcleo deste Parque Nacional é o *Grossglockner*, uma montanha com um total de 3 798 metros de altitude, a mais alta da Áustria. A primeira escalada ao topo desta montanha teve lugar há exactamente 200 anos e, na verdade, constituiu desde logo o principal ponto de atracção turística desta região.

Cerca de 180 km² do Parque Nacional encontram-se cobertos por glaciares. O *Pasterze* é o maior, apresentando-se como o mais imponente glaciar dos Alpes Orientais, com uma extensão de 9 km, sendo facilmente acessível a qualquer pessoa, através de uma estrada sobre a qual falarei mais adiante, a *Grossglockner Hochalpenstrasse*.

Contudo, o elemento mais marcante do Parque Hohe Tauern são os muitos rios glaciares. As inúmeras quedas de água são igualmente grandiosas (exemplo: as quedas de água Krimmler Wasserfälle, com uma altura de 380 metros, as mais imponentes quedas de água da Europa). Trata-se de um espectáculo natural espe-

cial, particularmente nos meses de Verão quando o seu caudal é mais abundante, atraindo inúmeros turistas.

No Parque Nacional a água tem um papel fundamental.

No entanto, o Parque Hohe Tauern é também conhecido pela sua riqueza em minerais e jazidas, de que são um exemplo especial as esmeraldas, pedras preciosas verdes do Vale Habach, em Salzburgo. Podemos, certamente, afirmar que esta zona já estaria há muito tempo esgotada dos seus recursos, se esta questão não tivesse sido tratada com todo o cuidado pelas gerações predecessoras.

A verdadeira razão para o povoamento deste vale reside na existência de metais preciosos. A procura de metais preciosos existe desde há 4 000 anos e, até à descoberta das grandes jazidas nos EUA e na América do Sul na Idade Média, um décimo da produção mundial de ouro provinha da região de Hohe Tauern.

Para terminar esta introdução, refiro que a reserva abrange três federações: Salzburgo a norte, Kärnten a sul e Tirol a sudoeste. A Áustria tem uma estrutura muito federalista, *i.e.* cada estado federal é responsável pela protecção da natureza e também pelos parques nacionais.

À volta deste Parque Nacional, existem 29 freguesias, constituindo o Parque um espaço económico para cerca de 100 000 pessoas. Além disso, como é o caso de muitas reservas e parques naturais, o Parque Natural Hohe Tauern está situado numa região periférica de muito fraco desenvolvimento, com todas as vantagens e desvantagens que lhe estão associadas e a consequente redução da agricultura na montanha. Por esse motivo, o turismo tornou-se o factor económico mais importante.

Quais são os objectivos do Parque Nacional? Naturalmente, como todos os parques naturais visa, em primeiro lugar, a protecção da paisagem natural; em segundo lugar a conservação da paisagem cultural, ou seja, a paisagem alpina; em terceiro lugar a investigação; e em quarto lugar a experiência turística verdadeiramente extraordinária do Parque Nacional Hohe Tauern. Essa experiência não exclui intencionalmente as pessoas, muito pelo contrário. Os visitantes são bem vindos, estando disponível uma oferta adequada.

Para alcançar estes objectivos, os três estados federais e a República Austríaca estabeleceram um Acordo de Estado, o qual prevê uma garantia financeira para estas acções: 50% dos meios são fornecidos pela República Austríaca e os restantes 50% repartidos pelos três estados.

A totalidade do Parque Nacional foi declarada como parte da Rede Natura 2000. Todos os que trabalham nesse âmbito sabem que, para tal, é necessário cumprir determinadas condições e restrições.

Como referi no início, na Áustria, e sobretudo em Hohe Tauern, o turismo tem já uma tradição muito longa. Com a primeira escalada ao topo do Grossglockner, iniciou-se o desenvolvimento turístico e foram sobretudo pessoas oriundas das cidades de todas as regiões da Europa, e não apenas da Áustria, que há mais de 100 anos fizeram desabrochar esta região para o turismo de montanha, lançando assim a actividade turística. Com a criação da Associação dos Alpes Austríacos e Alemães, foram erigidas em toda a região de Hohe Tauern cabanas alpinas e abrigos de montanha.

Por ocasião do seu nascimento, há cerca de 25 anos, tendo por base esta tradição, foi criado um conceito turístico para o Parque Nacional, orientado para diversos grupos-alvo. Estávamos no início dos anos 80, altura em que surgiu nos Alpes uma espécie de contracorrente, segundo a qual estes corriam o risco de ser invadidos, devido à exploração das áreas de glaciares, citando um conhecido investigador turístico suíço, Jost Krippendorf, que já na altura havia expresso a sua opinião apontando para os possíveis riscos. Nessa altura, com o Parque Nacional, surgiu igualmente uma espécie de contracorrente turística. O debate sobre esta nova forma de turismo ocupou durante vários anos muitos institutos universitários. Surgiram conceitos como “turismo suave”, “turismo eficaz”, “turismo sazonal” ou mesmo “turismo de integração” e, finalmente, todos se referiam a ecoturismo. Pessoalmente, até hoje, ainda não sei o que isso quer dizer exactamente. Tenho de reconhecê-lo com toda a honestidade mas, em última análise, também não é relevante, se forem definidos os objectivos e medidas correctos.

Lembro-me também que, nessa altura, se geraram discussões acesas na Bolsa Internacional de Turismo, em Berlim, no início dos anos 80, quando vozes críticas discutiram este tema. Como disse, foi nesta altura que o Parque Nacional nasceu e que foram elaborados os primeiros conceitos.

Um grupo em que nos aplicámos sempre muito, e junto do qual fizemos muita coisa, foi naturalmente o dos chamados montanhistas e alpinistas, que conquistaram a montanha, em parte, com a ajuda dos guias locais. Para este grupo não foi preciso criar atracções especiais, nem imaginar ou organizar muitas actividades, dado que, à partida, já se tratava de verdadeiros amantes da natureza que representavam um turismo compatível com a natureza.

No entanto, durante a criação do Parque surgiu uma ideia completamente nova: uma acção formativa no Parque Nacional. Para este fim, foram reforçadas e criadas uma série de iniciativas como, por exemplo, percursos informativos, com o objectivo de despertar uma melhor compreensão sobre o contexto ecológico e sobre o sentido dos parques nacionais. Placas informativas de fácil compreensão com textos curtos, representações gráficas claras apelam também àqueles que, até ao momento, pouco tinham contactado com este tema. A concepção e localização dos nossos percursos informativos foi pensada de forma a colocá-los nas zonas de entrada do Parque Nacional, acessíveis a qualquer pessoa, contribuindo, simultaneamente, para que a grande maioria dos visitantes não chegasse a entrar na reserva propriamente dita. As nossas experiências têm vindo a demonstrar que existe uma procura considerável deste tipo de informação, desde que, como disse, as placas sejam de fácil compreensão e apresentem pouco texto. Também investimos e disponibilizámos grande parte dos nossos meios financeiros nestas estruturas.

Contudo, um parque nacional ou uma reserva natural implica um conceito de exploração muito claro, ou seja, existem pequenas zonas com uma determinada oferta de percursos, sendo interdita a saída dos caminhos definidos. Esta medida é necessária em zonas ecológicas particularmente sensíveis.

Em zonas particularmente sensíveis, sobretudo no biótopo húmido, é ainda mais importante efectuar uma determinada orientação dos visitantes e, com

bloqueios muito simples como por exemplo com troncos de madeira, é possível evitar que estas zonas sejam invadidas.

No entanto, uma componente essencial da ideia de orientação dos visitantes é, também, uma sinalização clara e uniformizada. Desta forma, é possível conseguir bons resultados, nomeadamente não mencionar de todo certas zonas e concentrar os visitantes noutras zonas com maior capacidade de recepção.

Geralmente, os parques nacionais e as reservas naturais destacam-se, também, por possuírem uma fauna abundante. Relativamente ao Parque Nacional Hohe Tauern, a expectativa dos visitantes é a da possibilidade de contactar com essa fauna. Exemplos específicos de Hohe Tauern são as cabras montesas, mas naturalmente também as marmotas, cuja caça é proibida na zona central do Parque. Inquéritos efectuados junto dos visitantes revelaram que essa fauna intacta constitui para eles uma evidência. Assim, por exemplo, o Parque Nacional Hohe Tauern tem sido objecto de um projecto de repovoamento de quebra-ossos. Os quebra-ossos tornaram-se uma atracção turística, constituindo um motivo para passeios aos vales onde estes podem ser observados.

Uma actividade totalmente diferente, adequada ao Parque Nacional, iniciada e operada pelo sector privado, com a ajuda de incentivos públicos, são os passeios a cavalo. Trata-se de passeios em cavalos domados e especialmente adaptados a estas encostas alpinas. Esta oferta vai ser, entretanto, melhor organizada e alargada devido à forte procura. Consideramos que, do ponto de vista da protecção da natureza e do ambiente, é uma forma de locomoção extremamente respeitadora para o ambiente, proporcionando por isso uma experiência especial de contacto com a natureza.

Outro programa, que está indissociavelmente ligado aos esforços turísticos do Parque Nacional, é a revitalização de edifícios antigos e de valor cultural e histórico. Em todas as freguesias do Parque descobriu-se e reencontrou-se o grande valor destes imóveis. Muitos destes edifícios encontram-se actualmente adaptados para servir as actividades do Parque Nacional ou para fins informativos. Estes edifícios renovados albergam actualmente postos informativos, centros de interpretação e

museus, mas também instalações para a realização de seminários. Este programa teve início há 15 anos com a ajuda de entidades privadas, mas sobretudo com o apoio das freguesias, sendo actualmente uma componente fixa do nosso programa de incentivos ao Parque Nacional. Em todos os pontos turísticos importantes, tal como nos principais polos de atracção turística, foram instalados modernos centros de informação sobre o Parque Nacional.

Há 5 anos atrás, iniciou-se em toda a Áustria uma acção sob o título “As escolas austríacas vêm conhecer o Parque Nacional Hohe Tauern”. Desta forma, cerca de 10.000 estudantes de toda a Áustria visitam e contactam com o Parque Nacional. Em colaboração com agentes hoteleiros e outros fornecedores de serviços turísticos, foram elaboradas ofertas especiais no programa que tem, regular e constantemente, a lotação esgotada. Este facto conduziu, igualmente, a uma vivência muito evidente da chamada época baixa, relativamente aos meses de Maio e Junho, ou Setembro e Outubro. Foram também empreendidas actividades consideráveis no campo da renovação de cabanas, de abrigos alpinos, bem como da melhoria das instalações de abastecimento e tratamento de resíduos nestes pontos de apoio nos Alpes. No campo da criação de instalações de abastecimento e de tratamento de resíduos, *i.e.* instalações de tratamento de águas residuais e estações de tratamento biológicas, a questão de obtenção de energia solar ou eólica, a Áustria já se demonstrou competente, pelo menos na região dos Alpes.

Uma questão que parece assumir particular importância, precisamente do ponto de vista das reservas naturais, diz respeito aos *rangers* ou guardas do Parque Nacional, ou seja, as pessoas que são responsáveis, não só pela vigilância do Parque Nacional, mas também pela informação e esclarecimento dos visitantes, como guias nos nossos programas. Há 8 anos, com base no modelo americano, começámos a estruturar um sistema de guardas-florestais que tem, actualmente, um enorme êxito. Foram contratadas pessoas empenhadas, todas provenientes da zona do Parque Nacional, independentemente das suas qualificações. Fornecemos a essas pessoas uma formação específica e dispomos actualmente de mais de 20 guardas altamente qualificados, responsáveis pelos nossos programas guiados.

No âmbito da nossa estrutura de formação, temos a Academia do Parque Nacional, onde decorrem eventos especiais de formação complementar para os nossos cola-

boradores. Considero estas iniciativas muito importantes porque estes guardas são quem contacta directamente com os visitantes do Parque e os que, digamos assim, apresentam o nosso produto aos consumidores. Estou bem ciente de que não vamos imitar tudo o que se faz ou tem origem na América, nem tudo vale a pena imitar, mas estes guardas, apesar do cepticismo inicial, são um exemplo de enorme êxito. Estamos agora a ampliar o projecto, no sentido de formar estas pessoas para hotéis e restaurantes de maiores dimensões, de forma a que cada hotel possa dispor destes colaboradores.

Existem, também, outros programas que organizamos, em cooperação com diferentes prestadores de serviços, como, por exemplo, os campos de aventura de guias de montanha. Uma outra oferta que, pode dizer-se, está em conformidade com o conceito de parque nacional, é a prospecção de ouro. Trata-se de uma actividade peculiar, na medida em que só existe em muito poucos locais da Áustria. Existem apenas dois locais adequados, ambos no Parque Nacional Hohe Tauern. Não é, obviamente, uma produção em massa, mas sim um pequeno nicho que se adequa bem ao perfil do parque.

Seguramente a mais importante atracção turística do Parque Nacional e, de longe, a mais produtiva, é a estrada de montanha Grossglockner Hochalpenstrasse. É uma das mais bonitas passagens de todos os Alpes. Com cerca de 1 milhão de visitantes por ano, constitui o segundo destino preferido de férias da Áustria, logo a seguir ao Castelo Schönbrunn. Nos últimos 15 anos, como consequência da criação de outras passagens alpinas, túneis, etc., esta estrada perdeu a sua principal função como via de acesso.

Contudo, no âmbito do Parque Nacional ganhou simultaneamente importância como estrada panorâmica que proporciona experiências diferente. A Grossglockner Hochalpenstrasse e o Parque Nacional estão ligados através de uma parceria muito estreita que pode ser facilmente reconhecida em muitas estruturas comuns. Com esta nova filosofia da Grossglockner Hochalpenstrasse, como estrada integrada no Parque Nacional, surgiram uma série de medidas suplementares e criativas. Assim, os parques de estacionamento foram reestruturados e reconcebidos, o antigo edifício de uma empresa, entretanto falida, foi reformulado de modo a transformar-se no Museu de Ciências Naturais dos Alpes, funcionando com uma estação de investiga-

ção associada ao Parque Natural. Esta estrada constitui um exemplo único da forma como um empreendimento, gerido com base em critérios de economia privada, ou seja, orientada para o lucro, pode aceitar objectivos de um nível superior, sem por isso deixar de actuar de forma extremamente bem sucedida.

Um dos nossos novos projectos, igualmente possível graças à iniciativa privada e à ajuda de patrocinadores privados, é o Centro Bios do Parque Nacional em Malmitz, aparentemente único na Europa, dado que foi aqui instaurado um organismo que fornece conhecimentos sobre os temas terra, água, ar e sol, de forma interactiva e ligada em rede, através de 80 estações vivenciais interactivas. Em mais de 80 estações, podemos cheirar, ouvir, tocar ou ver 350 fenómenos naturais. Outro projecto, até ao momento único na Áustria, uma iniciativa singular, que pode ser associada ao domínio da vivência junto da natureza e do turismo, é o projecto patrocinado por uma empresa privada do observatório no pico Kaiser Franz Josef, um dos mais bonitos pontos panorâmicos da Áustria. Aqui, com a ajuda de dispositivos ópticos mais modernos e protegido com uma redoma de vidro, o visitante pode sentir a natureza por dentro e à flor da pele. Como disse, é uma experiência única na Áustria e cerca de 70.000 visitantes por ano gostam de passar por lá, prescindindo de sair para fora.

70

Existem, ainda, muitas possibilidades turísticas de que ainda não tirámos partido e que se encontram numa fase inicial. Entre essas possibilidades conta-se, por exemplo, a produção e comercialização de produtos, sobretudo agrícolas, da região do Parque Nacional. Esta iniciativa também já foi iniciada há 15 anos. Existe um mercado agrícola, organizado regularmente e uma marca, identificada com a frase “Produto Genuíno do Parque Nacional”. Como já referi, encontra-se ainda numa fase inicial, mas apresenta grande potencial mal conseguindo, neste momento, satisfazer a procura.

Existem outras áreas relacionadas com o turismo orientado para a protecção da natureza e do ambiente que podem e devem ser melhoradas. Entre estas áreas, inclui-se a redução do trânsito de veículos privados, ou seja, a obrigação da utilização dos meios de transporte públicos na Grossglockner Hochalpenstrasse, por exemplo, os mini-autocarros. Foi efectuada uma tentativa no início dos anos 90, em que parti-

cipámos e ficámos espantados com a enorme disponibilidade e aceitação desses autocarros por parte dos visitantes que prescindiram do seu próprio veículo. No entanto, ainda não foi possível aplicar este sistema definitivamente, uma vez que não existem, ainda, autocarros que possam responder à procura existente e funcionar permanentemente a electricidade.

Partindo do facto de que o turismo assume especial importância em muitas regiões, (e estou naturalmente ciente de que são necessárias soluções individuais e específicas para cada reserva natural), gostaria de mencionar três pontos que me parecem particularmente importantes. O primeiro é a estreita colaboração com todos os agentes turísticos. Na área da protecção da natureza nem sempre foi assim; de um lado os protectores da natureza, do outro os agentes turísticos. Na minha opinião, é uma ideia antiquada e completamente ultrapassada. O segundo ponto consiste num planeamento e formulação sólida dos objectivos, estratégias e medidas, bem como do financiamento e distribuição de responsabilidades. Todos estes aspectos, sobejamente conhecidos, baseiam-se na pesquisa e levantamento de princípios básicos, e só então será possível uma aplicação prática com êxito. O terceiro ponto implica, novamente, um trabalho de comunicação pessoal, tanto para dentro, (para as populações da região que vivem nesta área e trabalham no turismo), como para fora, independentemente de se tratarem de entidades governamentais ou não governamentais ou mesmo visitantes. Seja como for, tratando-se de uma questão essencial, esta é, certamente, a tarefa mais difícil.

Em termos globais, estamos perante uma tarefa difícil, contudo, se conseguirmos satisfazer estes pontos, já não haverá razões para preocupações com a protecção eficaz dos nossos parques e reservas naturais. Como todos sabemos, um Parque Nacional é uma estrutura turística altamente complexa e sensível. Creio que, actualmente, os Parques Nacionais funcionam como exemplos modelo de como é possível aliar, por um lado, as necessidades turísticas e económicas e, por outro, interesses de protecção duradoura. Trata-se de uma tarefa de gestão extremamente exigente e gostaria de referir que no primeiro Parque Nacional do mundo, Yellowstone, criado em 1872, à chegada deparamo-nos com um grande portão com a seguinte inscrição: *For the benefit and enjoyment of the people.*

Obrigado pela vossa atenção.

Claude Feigné

PARQUE REGIONAL LANDES DE GASCOGNE (FRANÇA)

O Parque Natural Landes de Gascogne situa-se no sudoeste da França. Consideramos que existe uma espécie de fractura de separação entre o Norte e o Sul de França que passa a nível do Loire. É este o posicionamento do local, próximo da cidade de Bordéus, bastante longe de Paris, na região administrativa denominada Aquitânia, uma das grandes regiões de França. O Parque Natural das Landes da Gasconha situa-se a sul da cidade de Bordéus e tem uma área bastante extensa, de aproximadamente 300.000 hectares. Tem cerca de quarenta e oito mil habitantes permanentes e a grande maioria do Parque, cerca de 99% da sua área, é constituída por propriedade privada. A particularidade é que o Parque se desenvolve em torno de um pequeno rio, com um curso de noventa quilómetros e utiliza a bacia criada por este. Deste modo, em termos turísticos, estamos perto do litoral aquitânico e da cidade de Arcachon.

72

A Bacia de Arcachon é um triângulo de água salgada que constitui um grande pólo turístico na costa francesa. Na época estival, pode considerar-se que o número de residentes neste pólo turístico situa-se na ordem dos quinhentos mil. Estamos também muito próximos da cidade de Bordéus. Bordéus e os seus arredores representam cerca de um milhão de habitantes, o que dá uma indicação quanto ao potencial de clientela que ali se encontra. Dispomos, ainda, de um eixo de comunicação muito importante, que vai justamente de Estocolmo a Lisboa! Outro aspecto prende-se com o facto desta zona ser servida por uma linha ferroviária, o famoso TGV francês, sendo, por esse meio, possível chegar ao Parque directamente de Paris. O Parque está, portanto, muito bem localizado em termos de difusão e disseminação de turistas. No ano passado, o conjunto do Parque recebeu perto de quatrocentos mil visitantes. Estes quatrocentos mil visitantes deslocaram-se sobretudo para norte, a parte marítima que é a mais atractiva. A presença da água é, de facto, muito importante. No extremo sul, existe um eco-museu que pertence ao Parque Natural e que é um local turístico bastante importante, contando com cerca de cento e vinte mil visitantes por ano. A norte do Parque, existe um outro local turístico que recebe cerca de setenta mil visitantes e possui três equipamentos pertencentes ao Parque Na-

tural: um na bacia de Arcachon e dois ao longo do rio. Trata-se de instrumentos que desempenham, simultaneamente, funções de acolhimento, alojamento, educação ambiental e desenvolvimento de formas de turismo de natureza.

Esta região situa-se no eixo das grandes vias europeias de migração de aves. É evidente que estas vias também atravessam Portugal. Tal como em França, também o vosso país está muito bem situado relativamente às vias de migração europeias! Temos o *East Atlantic Fly Way*, que atravessa toda a nossa região e que constitui um corredor de migração de aves selvagens, percorrido por dezenas de milhões de pássaros.

Numa perspectiva micro, estamos situados na Bacia de Arcachon, que é um espaço natural extremamente rico, com uma área de quinze mil hectares, cerca de cinquenta e seis quilómetros quadrados e que alberga o maior parque de ostras. Pode dizer-se que se trata de um prado marítimo muito importante, em termos de produtividade biológica, com grande proximidade das zonas de refúgio de aves. Por conseguinte, estas duas condições, uma à escala geográfica quase planetária e a outra à escala geográfica puramente local, fazem com que o Parque seja frequentado por uma enorme quantidade de aves que se detêm neste local.

O enquadramento é genericamente o seguinte: a Bacia de Arcachon, o delta do Leyre, que é uma zona de marés muito especial, e o rio Leyre. No plano biológico, o Leyre é um rio extremamente selvagem que não sofre perturbações há cerca de trezentos anos. Este rio não teve, praticamente, qualquer utilização humana e nele podemos encontrar a lontra. Temos a seguir, o delta do Leyre, que é a zona de *interface* entre o rio e o domínio marítimo, com o Colhereiro Branco, também existente em Portugal. Esta região representa, pois, uma etapa muito importante para esta ave. A garça-real que também se encontra no vosso país, e ainda o periquito de garganta azul, um pequeno pássaro, do qual cerca de 15% das populações vivas desta subespécie, encontram-se neste sector. Por último, a Bacia de Arcachon, a zona mais marítima, apresenta espécies maiores, como o roaz corvineiro, a andorinha do mar ou gaivina, que têm aqui a sua maior colónia europeia com mais de cinco mil casais, o pequeno ganso negro, conhecido por ganso de faces negras, o qual reúne na Bacia de Arcachon grandes populações, sendo considerada a maior con-

centração do planeta. Há, portanto, compromissos de conservação muito importantes nestes meios que são, obviamente, utilizados pelo homem para outros fins, para além de observar as aves, contar as lontras ou fazer festas aos golfinhos! A zona é, de facto, utilizada por imensas pessoas.

A partir dos anos setenta, foi implementada uma política absolutamente original de preservação do meio natural e de promoção de uma certa forma de Ecoturismo, designação que não era ainda utilizada.

A partir de 1972, esta zona foi aberta ao público, de acordo com duas condições que não se alteraram desde então: uma primeira condição consiste em servir de instrumento para a valorização do património natural que, neste caso, é uma reserva ornitológica, visando acolher o máximo de aves selvagens e, ao mesmo tempo, colocar à disposição do público este património natural. A particularidade reside no facto de, desde o início, se pagar uma entrada. Assim, a partir de 1970, as pessoas passaram a pagar – e bastante caro, aliás, pois houve sempre excesso de afluência – o preço equivalente a um bilhete de cinema. Tratava-se do princípio: paga-se para ver um filme, paga-se para ver um pássaro, o preço é o mesmo. Assim, a partir de 1971, paga-se também para ver a Natureza. Foi, portanto, uma experiência muito original e, desde 1970, este espaço passou a receber mais de dois milhões e meio de visitantes “pagantes”. Pode imaginar-se as receitas que estes números geram, quando se trabalha com um nível de tarifa equivalente à de um filme.

Em 2000, o Parque continua a funcionar segundo o mesmo modelo, apesar de terem sido modificados os conceitos de disponibilização dos elementos naturais ao público. A reserva de caça aumentou, existindo uma ligação entre esta reserva e o Parque Ornitológico. Os outros sectores foram adquiridos e preservados, de acordo com os mesmos conceitos do Parque Ornitológico.

Na realidade, o que aconteceu foi que o Estado e as colectividades locais implementaram vários instrumentos de controlo da propriedade, de aquisição fundiária no sentido de preservar estes espaços e subtraí-los ao apetite voraz, especialmente dos promotores imobiliários.

É evidente que os níveis de protecção não são todos idênticos, embora esteja tudo

rodeado de verde e, à primeira vista, se possa pensar que é tudo igual. Foi, contudo, graças à experiência levada a cabo neste local que conseguimos, de uma forma ou de outra, conquistar o resto da paisagem e fazer progredir a protecção. Porquê? Porque estamos numa região em que a utilização do espaço é efectuada de forma muito intensa por pescadores, caçadores, silvicultores e agricultores e na qual o próprio conceito de conservação, de protecção do espaço era muito mal acolhido no plano social. Uma das ferramentas que privilegiámos para fazer aceitar esta ideia de conservação foi o sucesso de uma programação turística, através da valorização dos espaços selvagens associados à obtenção de receitas económicas, que serviu, a nível político, para fazer progredir o processo de conservação.

Existem zonas de elevado valor ornitológico, com grande interesse para as aves e que se encontram protegidas. Podemos constatar, grosso modo, que há um amplo espaço protegido que corresponde ao interesse ornitológico e ao interesse biológico do sector. Contudo, verificamos, também, que não satisfizemos, ainda, todas as necessidades das aves, nestes sectores. Temos zonas de grande potencial biológico que não possuem qualquer garantia ou estatuto especial para assegurar seu futuro, a sua perenidade. Deste modo, muito há ainda a fazer. Em relação a estes sectores, temos ideias para os adquirir e subtraí-los a uma alteração que cada proprietário pode efectuar rapidamente.

Assim, desde há alguns anos, a nossa preocupação reside, sobretudo, em proteger estes sectores, utilizando as actividades turísticas. Em França a legitimidade científica é uma opção. A realidade científica é uma opção face à realidade social e, sobretudo, à política.

Neste momento, não tentamos convencer o público em termos de conservação. Não é de todo o alvo certo! Apostamos nos autarcas e como existem milhares em toda a parte, é um alvo muito difícil de atingir, pelo que nos especializámos nesta área.

Retomemos agora o conjunto do nosso espaço, ou seja, o Leyre, o Delta do Leyre e a Bacia de Arcachon. Normalmente, as nossas prerrogativas no Parque Natural cingem-se aos limites do Parque, ou seja, à bacia do Leyre. Dito isto, fomos forçados a interessar-nos e a abordar a problemática de conservação na Bacia de Arcachon,

muito embora legalmente essa zona não nos pertencesse.

Por outro lado, em termos de produtos turísticos, podemos dizer que criamos produtos. Para mim, um produto é algo que tem um preço e se vende. Somos produtores de produtos turísticos que extravasaram os limites do nosso território e que chegaram à Bacia de Arcachon.

Em relação ao espaço aquático, desenvolvemos três tipos de produtos turísticos, com a descida do Leyre em canoa, que já se encontra organizada há cerca de vinte anos, quer sob a forma de descida acompanhada ou de descida livre, isto é, de aluguer. Neste caso, o produto consiste em colocar à disposição do público, de uma forma voluntária, um elemento de navegação, um barco, um instrumento que vai permitir-lhe impregnar-se de natureza, num local em que a mesma se encontra preservada. Nos noventa quilómetros de rio, apenas oitocentos metros de comprimento estão marcados pela presença do homem e trata-se, em todos os casos, da passagem de pontes. Tudo o resto é uma floresta que encobre, muitas vezes, a parte de cima do rio, um espaço extremamente selvagem. As pessoas ligadas ao turismo chamam-lhe a pequena Amazónia do sul de França. É um local extremamente belo para as pessoas que descem o rio. No Delta do Leyre, as coisas são um pouco mais complicadas, devido ao fenómeno das marés. Além disso, existe uma sensibilidade ecológica muito forte, por um lado devido à presença das aves e, por outro, devido à presença de raras espécies de plantas. Por outro lado, existe uma intensa sensibilidade social, devido à presença dos caçadores que são muito numerosos neste sector. Foi necessário desenvolver uma forma de acolhimento enquadrado, acompanhado por pessoal do Parque, com caiaques, que permitem ultrapassar os condicionamentos de vento, de correntes e de altura da água. Na Bacia de Arcachon, as condições são acentuadamente marítimas e aqui utilizamos, de forma enquadrada, caiaques de mar, material de topo de gama. Com efeito, chegámos a trabalhar em conjunto com industriais na definição deste tipo de barco e fizemos adaptar às nossas necessidades barcos que não nos satisfiziam. Em resumo, trabalhamos bastante neste campo.

Em relação a estes três tipos de prestações turísticas, o Parque Natural é produtor,

ou seja, cria e aluga barcos e concebe produtos de passeio de meio dia, dia inteiro ou fim de semana em caiaque de mar. Faz-se o percurso da bacia num fim de semana e obtêm-se, assim, receitas bastante significativas. Há que referir que esta situação é muito original em França. Do orçamento global do Parque Natural Landes da Gascogne, 40% é constituído por receitas próprias, o que corresponde a cerca de cinco milhões de euros de receitas próprias. O conjunto das actividades náuticas representa, aproximadamente, um milhão de euros de receitas. Trata-se, portanto, de uma realidade económica e uma actividade muito importante.

Este ano pelo menos cerca de quarenta e cinco mil pessoas desceram o rio em caiaques descobertos, ou seja, perto de duas mil e quinhentas pessoas passearam con-nosco nesta modalidade. Nos caiaques de mar, o número é ligeiramente superior a mil pessoas.

Mas temos outras ideias muito importantes que ultrapassam estes resultados económicos. Um Parque Natural não tem vocação, pelo menos inicialmente, para ser produtor turístico, isto é, apenas para ganhar dinheiro. Ganhar dinheiro é necessário, mas não chega.

Em relação a cada sector, equacionámos a ideia de alicerçar a nossa produção turística numa estratégia, visando melhorar a conservação do conjunto da Bacia de Arcachon. Um dos objectivos consistia na criação de reservas para aves. Prestámos grande atenção à criação de uma reserva, o que era um problema extremamente conflituoso na Bacia de Arcachon. Como conseguir justificar este objectivo? Muito simplesmente, organizando, no período invernal, passeios de caiaque de mar na Bacia de Arcachon para ver os pássaros, divulgando a iniciativa e criando uma imagem muito forte junto do público e, sobretudo, nos *media*. Uma imagem extremamente forte de identificação deste espaço, com os caiaques navegando no meio dos pássaros. Deste modo, os autarcas foram de certo modo forçados, pelo que viam na televisão, a assinar, ou pelo menos, a participar em processos de melhoria das reservas e de criação de novos espaços protegidos. E o projecto funcionou! Ainda não estamos totalmente satisfeitos, mas continuamos. O outro objectivo relacionado com a Bacia de Arcachon consiste em propor uma alternativa em termos de lazer, isto é, em termos de turismo náutico. É necessário referir que neste espaço de

quinze mil hectares, temos registados trinta mil barcos à vela ou a motor. Há dias em que não é possível circular. É como um engarrafamento nos arredores de Lisboa, numa sexta-feira à tarde. Foi nosso objectivo colocar a tónica numa forma de lazer.

Muito obrigado.



NATUR EZA

*A Viabilização do Produto
“Turismo de Natureza”*

TURISMO

NA TUREZA

TERCEIRO PAINEL

António Abrantes - Secretário-Geral da Confederação do Turismo Português

MODERADOR DO PAINEL

Permitam-me que agradeça, em nome da Confederação do Turismo Português, ao Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, o convite que nos foi dirigido para moderarmos este painel. Gostaria também de felicitar o Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo por esta iniciativa, quer pela oportunidade em que a mesma ocorre, às portas do Programa Operacional de Economia, realçando também o facto de esta iniciativa se inserir num ciclo de debates, o que pressupõe à partida que o Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo está aberto a auscultar, a ouvir as experiências e a tê-las em consideração, naquilo que são as medidas de política de financiamento.

Birgit Rettig - Operador Turístico Studiosus Reisen (Alemanha)

O PRODUTO «TURISMO DE NATUREZA» NA ÓPTICA DA DISTRIBUIÇÃO

A Studiosus estabeleceu para si própria, há já muitos anos, o objectivo de lidar cuidadosamente com a diversidade cultural e com os recursos ecológicos e naturais do mundo em que vivemos. A Studiosus fixou, por escrito, esta filosofia empresarial e consolidou-a através da introdução de um sistema de gestão ambiental. Com a participação na ecoauditoria da CE, nomeadamente na norma ISO 14001, este sistema de gestão ambiental foi certificado em 1998, através de uma auditoria externa. Com base no sistema de gestão ambiental da Studiosus, gostaria de indicar algumas situações onde, na nossa opinião, existem possibilidade concretas de actuação pelas entidades responsáveis pelo turismo e pela protecção da natureza, em especial em Portugal.

A empresa Studiosus foi fundada em 1954 e continua a ser uma empresa familiar, com 240 colaboradores. A estes devemos acrescentar ainda 700 guias turísticos que, no entanto, nem sempre estão simultaneamente em actividade. Os guias turísticos

da Studiosus não são apenas alemães, mas de muitas outras nacionalidades. Por exemplo, as nossas viagens a Portugal são orientadas por guias portugueses. Com quase 105 000 clientes e um volume de negócios anual de 395,5 milhões de marcos (€ 202,2 milhões), a Studiosus é líder de mercado na Alemanha, na área das viagens de estudo. A nossa carteira de produtos inclui viagens de estudo clássicas, viagens a pé ou em bicicleta, viagens urbanas, o programa *Young Line Travel* para clientes mais jovens e o programa *Me & More* para quem viaja sozinho.

Em Portugal, a Studiosus oferece 27 percursos diferentes, através dos quais cerca de 3500 turistas descobrem o país todos os anos. Destes 27 percursos, 11 são percursos de viagens de estudo a pé, em que a vivência da natureza, paisagem, flora e fauna desempenham um papel extremamente importante.

Os percursos das viagens da Studiosus abrangem não só as atracções e locais mais conhecidos, como o Mosteiro dos Jerónimos, Alcobça ou Coimbra, mas também a visita a uma quinta vinícola, a uma fábrica de cortiça, a plantações de bananas, aldeias serranas e, naturalmente, às belezas naturais de Portugal, o Parque Nacional do Gerês, o Parque Natural da Serra da Estrela, a Costa Atlântica, a Madeira ou os Açores. Os nossos clientes não se interessam só por edifícios, arte e história, mas também pelo dia-a-dia e modo de vida dos portugueses, a gastronomia do país, o idioma, a música, a literatura e, especialmente, a natureza e o ambiente, os animais e as plantas.

Sempre que possível, os grupos da Studiosus pernoitam em hotéis familiares. Não tomam as refeições exclusivamente no restaurante do hotel, mas também em restaurantes típicos, porque é nesses locais que surgem as oportunidades de conhecer o país e a sua gente. Todas as ofertas de viagem da Studiosus seguem este esquema e pretendem satisfazer os mais elevados padrões de qualidade, desde que representem e se identifiquem por um sentido de responsabilidade social e ecológica.

Para poder cumprir estes padrões de qualidade do produto e do ambiente, a Studiosus implementou um sistema de gestão ambiental, de acordo com o Regulamento de Ecoauditoria da CE.

O Regulamento de Ecoauditoria da CE é um instrumento político-ambiental criado pela União Europeia. As empresas devem, voluntariamente, melhorar o seu desempenho ambiental e, para tal, implementar um sistema de gestão ambiental. Isto significa que a gestão empresarial ecológica fica inscrita na filosofia da empresa, sendo efectuada uma inspecção ambiental à empresa. No âmbito desta inspecção, são analisados os impactes ambientais da empresa e destacados os pontos fracos em termos ecológicos. Seguidamente, é elaborado um programa ambiental, no qual são formulados objectivos e medidas concretos. O sistema de gestão ambiental define um plano vinculativo para todos: quando e quem tem de tomar que medidas. São criados e fixados por escrito os processos de trabalho necessários para este fim. Todo o sistema e os respectivos objectivos têm de ser documentados numa Declaração Ambiental, documentação essa que deverá ser colocada à disposição dos clientes, colaboradores, parceiros de negócios e ao público interessado. Uma auditoria ambiental externa e independente verifica a conformidade de todos os elementos com o Regulamento de Ecoauditoria e pode, em seguida, atribuir a certificação à empresa. Esta passa então a ter o direito de apresentar o símbolo europeu em papel de carta, brochuras, cartazes, etc.

Um dos aspectos mais importantes no âmbito da ecoauditoria é o envolvimento dos parceiros de negócio da empresa: sem a cooperação mútua dos agentes turísticos, sem a colaboração entre todos aqueles que participam no turismo, não é possível desenvolver eficazmente o produto “viagem”. Eventos actuais, como a falhada Conferência Internacional sobre o Clima, tornam ainda mais clara a importância da cooperação internacional neste domínio. A Studiosus está empenhada em trabalhar em conjunto com os agentes turísticos locais no que se refere à conservação da paisagem natural e cultural do país e no sentido de sensibilizar os seus parceiros de negócio para este tema. Neste sentido, encontra-se, por exemplo, determinado no sistema de gestão ambiental da Studiosus que todas as companhias aéreas, agências de transporte e hotéis com quem a Studiosus estabelece contratos deverão preencher regularmente um questionário sobre o tema da protecção do ambiente. Este questionário fornece-nos informações sobre os padrões actuais dos hotéis, autocarros e companhias aéreas, no que toca questões ambientais, e indica aos parceiros responsáveis que um ambiente são e intacto é um importante factor de qualidade para os nossos clientes.

No questionário sobre protecção ambiental para os nossos hotéis perguntamos, por exemplo, se utilizam madeira tropical, se a sua localização é acessível através de transportes públicos, que medidas de economia de água são tomadas como, por exemplo, torneiras de fluxo limitado nas casas de banho ou também a mudança das toalhas de mão apenas a pedido do hóspede. Todos sabem, por experiência própria, que existem, em muitos hotéis, placas que fazem referência a este sistema. No entanto, na maioria das vezes, as toalhas de mão dos hóspedes são mesmo assim trocadas, ou seja, contra a sua vontade, em virtude do pessoal de limpeza não ter recebido formação nesse sentido.

É por isso que a seguir nos questionamos se existiu formação do pessoal. De facto, a troca das toalhas é motivo de constantes reclamações pelos nossos clientes que registam por escrito nos nossos questionários de avaliação as suas insatisfações. Por este motivo, criámos uma placa que pode ser colocada na maçaneta da porta, com o símbolo de uma máquina de lavar na qual se inscreve: *Please wash e Please don't wash*. Deste modo, os nossos hóspedes podem indicar se querem toalhas lavadas ou não. Pode parecer-vos uma questão de muito pouca importância em todo o turismo natural, mas trata-se de um aspecto que chama verdadeiramente a atenção dos clientes, pelo que devemos respeitar os seus desejos.

Além disso, neste questionário interessa-nos saber, por exemplo, se os hotéis utilizam produtos de limpeza amigos do ambiente e, outro ponto muito importante, se o hotel está ligado a uma estação de tratamento de resíduos.

Outras perguntas são, por exemplo: “Utiliza embalagens unidose?” ou “Oferece aos seus hóspedes uma oferta diversificada de pratos regionais?”. Os nossos clientes encaram como factor importante de qualidade conhecerem pratos da região acabados de confeccionar e também, ao pequeno-almoço, preferem provar compota caseira, queijo e enchidos da região, em vez de uma montanha de pequenas embalagens unidose de plástico.

Todos estes aspectos que acabei de referir são também abordados nos nossos seminários sobre ecologia nos hotéis. Organizamos estes seminários em diversos países para os hotéis nossos parceiros. Onde? Em Portugal, por exemplo.

Assim, em 1998, em colaboração com o ICEP em Frankfurt, organizámos um seminário no Buçaco. Durante dois dias, 20 gestores hoteleiros receberam formação teórica e prática sobre uma gestão ecológica dos seus hotéis. Ficaram, por exemplo, a conhecer técnicas de poupança de água através de uma demonstração prática. Em colaboração com o cozinheiro do hotel, onde decorreu o seminário, foram preparados bufetes e refeições “modelo” em termos ecológicos. Além disso, nestes seminários, os gestores hoteleiros recebem informações sobre sistemas de gestão ambiental e possibilidades de incentivo de fundos da U.E. como, por exemplo, para instalações de energia solar.

Outras medidas de gestão ecológica são, por exemplo, o estabelecimento de medidas de separação de lixo municipal, a possibilidade de ligação para as estações de tratamento de resíduos e, finalmente, a cooperação entre os agricultores e os agentes hoteleiros, de modo a poder oferecer pratos e produtos frescos da região.

Não queria apresentar apenas medidas aplicáveis aos hotéis, mas também algumas para a área dos transportes. Como já mencionei anteriormente, todas as associações de transporte recebem um questionário sobre a protecção ambiental e, além disso, comprometem-se, contratualmente, a participar nas nossas acções *Stop the Engine*. Através da colocação de placas, exigimos aos motoristas de todo o mundo que desliguem o motor quando estão parados. Os nossos clientes conhecem e apoiam esta acção, com a qual contribuímos em todos os cantos do mundo para a protecção da atmosfera e do clima. Aplicamos este sistemas em Portugal, na China, na Islândia, na Rússia e na Turquia.

Uma última medida que gostaria de apresentar, na área dos transportes, é a nossa oferta de *Rail and Fly Tickets*, isto é, em cada reserva de uma viagem da Studiosus, o preço inclui automaticamente um vale de comboio até ao aeroporto. Queremos, deste modo, reduzir o número de pessoas que viajam de avião dentro da Alemanha e proporcionar uma viagem económica e confortável até ao aeroporto. No país de destino, tentamos igualmente utilizar os meios de transporte públicos, como comboios, eléctricos e autocarros.

Gostaria, ainda, de mencionar campos concretos de actuação, apresentando os aspectos positivos e negativos que chamam a atenção dos nossos clientes em Portugal, no que se refere à natureza. Como disse anteriormente, no final da viagem todos os clientes recebem um questionário de avaliação, no qual podem registar o que mais mereceu a sua atenção.

O que os nossos clientes destacam como particularmente positivo nas zonas protegidas é o facto de estas, em comparação com outros percursos de passeio, se encontrarem particularmente limpas. Os nossos clientes destacam negativamente o facto de, em percursos de passeio não abrangidos por parques naturais, se encontrarem espalhadas por todo o lado filas de garrafas de plástico e detritos, até mesmo frigoríficos e máquinas de lavar.

Para os turistas de mentalidade alemã, isto é muito difícil de compreender. Nas estradas nacionais e parques de estacionamento, o panorama é o mesmo. Nos parques de estacionamento, acrescenta-se o facto de não ser muitas vezes possível deitar o lixo fora, dado não existirem caixotes para o efeito. Assim, muitas vezes é difícil, por exemplo, numa viagem de três horas de autocarro de Évora para Faro, encontrar um local bonito para fazer um piquenique. Os nossos clientes e guias compram muitas vezes pão, enchidos, queijo e vinho nos mercados locais, para comer durante uma pausa para piquenique em viagens longas de autocarro. Nas nossas viagens em Portugal, seria vantajoso se pudéssemos encontrar futuramente, ao longo das estradas nacionais, locais de piquenique equipados e com recipientes para o lixo que fossem esvaziados regularmente.

Outro aspecto que afecta os grupos que fazem passeios a pé em Portugal continental é o conflito entre a utilização turística de alguns caminhos muito bonitos e os desportos motorizados. Em Portugal existem algumas vias empedradas romanas antigas. Podem imaginar o prazer que é para um participante de uma viagem de estudo passear num destes caminhos históricos. Contudo estes caminhos são utilizados como pistas de corridas de motorizadas. Assim, não só é danificada a vegetação, mas também o empedrado romano. Neste caso, seria desejável a aplicação de medidas de protecção ecológica e de conservação do património cultural. Um exemplo desta situação é a via romana em Marvão.

Na Madeira, os nossos clientes encontram um paraíso natural para passeios a pé. Aqui existem muito bons percursos a pé, devidamente assinalados, estradas bonitas e natureza no seu estado original: 13% dos nossos clientes que viajam para Portugal reservaram, no ano 2000, uma viagem de estudo à Madeira. A declaração de uma grande parte da ilha como Reserva da Biosfera torna-a ainda mais atractiva para o turismo na natureza e de passeios a pé. No futuro, seria certamente vantajoso se futuros empreendimentos turísticos mantivessem em vista a conservação da paisagem e vegetação originais. Por exemplo, os nossos guias têm muitas vezes de explicar aos clientes que a construção de estradas é absolutamente necessária para a população local e que nem sempre é possível tomar em consideração os interesses da natureza.

Todos os projectos de construção com fins turísticos deverão, ainda, levar em conta que os clientes que vêm actualmente à Madeira, visitam a ilha pela sua natureza original e impressionante, sendo por isso necessário preservá-la.

O último tema sobre o qual gostaria de falar conduz-nos aos Açores, uma viagem de estudo particularmente apreciada. Os nossos clientes são adeptos da natureza e da paisagem e realçam particularmente que, nos Açores, não se verifica o problema do lixo, ao contrário do continente. O motivo reside talvez nas acções aplicadas em todo o território: "Açores limpos, Açores lindos!". Esta acção sensibiliza a população local para não deitar o lixo na floresta e nos campos. Outro aspecto positivo reside no facto de nos Açores não haver tanta construção, sendo sobretudo a paisagem marcada por aldeias à beira da estrada.

No entanto, especialmente no que se refere ao turismo a pé, nos últimos anos surgiram alguns problemas, já que a maioria dos caminhos que passam pelas quintas e campos foram asfaltados. Naturalmente, tal aspecto apresenta grandes vantagens para os agricultores mas, por outro lado, perderam-se deste modo muitos percursos de passeio bonitos ou que agora só podem ser alcançados através de uma longa travessia por um caminho de cabras. Para uma agência de viagens, custa dinheiro e tempo encontrar novos percursos que satisfaçam as necessidades dos clientes. Neste caso, seria vantajoso se pudéssemos trabalhar em colaboração com as entidades turísticas locais.

Adicionalmente, todas as ilhas dos Açores onde a Studiosus organiza passeios estão praticamente cobertas de pastos para animais. Os pastos são, quase sempre, directamente adjacentes uns aos outros, não deixando livre qualquer passagem para quem passeia a pé. Assim, torna-se muitas vezes difícil encontrar bons percursos para os passeios. Pequenos caminhos entre os pastos seriam de grande utilidade neste campo.

E são estes os meus comentários sobre a execução prática das nossas viagens em Portugal. Decidi abordar as situações problemáticas, contudo gostaria, também de poder descrever todas as áreas em que o trabalho em Portugal decorre sem qualquer problema, mas necessitaria de mais algumas horas.

Na sequência das intervenções dos anteriores oradores, gostaria de sublinhar, uma vez mais, que considero a cooperação entre todas as organizações com participação no turismo um dos pressupostos mais importantes no que se refere a encontrar e aplicar possibilidades de intervenção. Este evento oferece as melhores condições para isso. Espero que a minha apresentação possa contribuir nesse sentido.

Ana Isabel Pinto - Coordenadora da Área de Informação do IFT

INCENTIVOS FINANCEIROS A PROJECTOS DE TURISMO DE NATUREZA

A presente apresentação prende-se com o Programa Operacional da Economia, integrado no Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, a vigorar de 2000 a 2006. O referido programa operacional assenta sobre três eixos, incidindo a minha exposição sobre o segundo, vocacionado para a promoção de áreas estratégicas de desenvolvimento.

Aqueles eixos encontram-se corporizados por diversos sistemas de incentivos, acções e programas. Enquadrado no Eixo 2, será hoje apresentado um daqueles sistemas que tão bem ilustra a promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento turístico, sistema esse não transversal comparativamente com a maioria dos instrumentos de apoio do POE. Refiro-me concretamente ao SIVETUR, instrumento vocacionado para apoiar actividades turísticas, como, aliás, assim indica a própria designação – Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica.

Este sistema tem por objectivos a implementação e o desenvolvimento de actividades de turismo, às quais seja conferido um carácter estratégico, quer pelos aspectos inovadores que essas actividades poderão reflectir, quer pelos efeitos multiplicadores que possam vir a gerar na actividade económica. No que diz respeito aos beneficiários, qualquer entidade com capacidade jurídica para explorar actividades económicas no sector do turismo poderá aceder a este sistema de incentivos.

Não obstante serem quatro as tipologias de actividades turísticas de vocação estratégica que se encontram contempladas neste sistema, focarei somente duas delas, as que se prendem com a temática deste evento, nomeadamente produtos turísticos de carácter estratégico a desenvolver em Áreas Protegidas (AP) ou em áreas contíguas àquelas.

Aproveito para referir o que se entende por zonas contíguas às Áreas Protegidas. Prevê-se que venham a ser consideradas zonas contíguas às protegidas, as que não estando propriamente abrangidas por uma AP, se encontram inseridas num município integrante dessa mesma área, bem como as áreas inseridas em municípios que confinem com uma determinada AP.

Os dois produtos de vocação estratégica a que me referi anteriormente e, reitero, a serem implementados unicamente na Rede Nacional de Áreas Protegidas ou em zonas contíguas, referem-se, nomeadamente, aos projectos de Turismo Natureza,

os quais, no âmbito do Programa Nacional de Turismo Natureza e por imposição dos próprios regulamentos só poderão ocorrer no seio da RNAP e aos projectos de Turismo Sustentável que se insiram naquela rede ou nas já referidas áreas contíguas. O Turismo de Natureza compreende as diversas tipologias jurídicas do turismo no espaço rural, as casas de natureza na modalidade de casas de abrigo, de retiro e de centros de acolhimento e, no que respeita às actividades de animação turística desta tipologia, encontram-se abrangidas a animação, a interpretação ambiental e as actividades de desporto natureza.

No que se refere aos projectos de Turismo Sustentável, consideram-se elegíveis as tipologias relativas a empreendimentos hoteleiros (excepto a construção de hotéis, de pensões de 2ª e 3ª categoria e de hotéis-apartamentos objecto de venda fracionada); meios complementares de alojamento (à excepção da construção de apartamentos e de moradias turísticas); as diversas figuras do turismo no espaço rural; instalações termais; estabelecimentos de restauração e bebidas e outros estabelecimentos declarados de interesse para o turismo; parques de campismo públicos, bem como estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento e de animação turística e ambiental característicos do Turismo de Natureza.

Os projectos de Turismo Sustentável só poderão obter enquadramento no SIVETUR, de entre outras condições de acesso, conquanto se encontrem em conformidade com o Plano de Acção estabelecido para a respectiva área. Saliento que os planos de acção definem linhas estratégicas para o desenvolvimento das referidas actividades no âmbito da RNAP e áreas contíguas, em particular no que se refere a questões de ordenamento, de planeamento e de gestão estratégica. Prevê-se que aqueles planos sejam acordados entre a entidade gestora das Áreas Protegidas, uma entidade a indicar pela Secretaria de Estado do Turismo, um representante do respectivo Orgão Regional e Local de Turismo e as autarquias que integram o território de intervenção, bem como outras entidades que possam vir a manifestar-se relevantes para a prossecução dos objectivos de cada Plano de Acção.

À semelhança de outros sistemas de incentivos co-financiados pelo FEDER e sob regulamentação específica, o SIVETUR apresenta uma tramitação e procedimentos similares àqueles. No âmbito das principais condições de elegibilidade ou de acesso, a cumprir pelos promotores que pretendam candidatar-se ao sistema, o promotor terá que: traduzir-se numa empresa legalmente constituída, e cumprir com as normais condições regulamentares (no que respeita ao exercício da actividade em

matéria de licenciamento); apresentar uma situação regularizada perante o Estado, a Segurança Social e as entidades pagadoras de incentivos, como é o caso do IFT. No caso dos promotores serem empresas, terão que dispôr de contabilidade organizada de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, bem como apresentar uma situação económico-financeira equilibrada no ano anterior ao da candidatura.

Em qualquer circunstância de investimento, os promotores candidatos ao presente sistema deverão comprometer-se a manter o investimento afecto à actividade e respectiva localização até ao final do prazo de reembolso ou durante um período de 5 anos, se obtiverem um incentivo não reembolsável.

Quanto a requisitos relativos aos projectos candidatos, terão os mesmos que encontrar-se legalmente aprovados pelas entidades competentes para o efeito, à data da candidatura; serem executados no prazo máximo de dois anos; serem adequadamente financiados por capitais próprios num montante mínimo de 25% sobre o investimento elegível e, regra geral, iniciarem-se após a formalização da candidatura, não sendo consideradas elegíveis despesas anteriores, à excepção das relativas a sinalização de adiantamentos, de estudos e projectos e aquisição de terrenos e de edifícios, conquanto este tipo de despesas não tenha ocorrido há mais de um ano à data da candidatura.

Prevê-se, igualmente, que o SIVETUR venha a apoiar projectos de investimento com despesas realizadas antes de 1 de Julho de 1999, desde que as respectivas candidaturas sejam formalizadas nos 60 dias imediatamente a seguir à publicação da portaria conjunta que regulamentará o SIVETUR. De referir ainda, carecerem da declaração de interesse para o turismo os projectos de animação turística, termalismo e os estabelecimentos de restauração e bebidas, excepto, neste último caso, quando inseridos no âmbito do Turismo de Natureza.

No que respeita ao montante mínimo de investimento para os projectos de Turismo de Natureza que venham a ser promovidos por PME, não se aplicando esta tipologia a outra natureza que não PME, esse montante fixar-se-á nos 2.000 contos (€ 10.000), enquanto que no Turismo Sustentável, se forem promovidos por PME, esse valor será de 30.000 contos (€ 150.000), posicionando-se nos 120.000 contos (€ 600.000) caso a empresa promotora se traduza numa não PME.

No que se refere a despesas elegíveis, é diversíssima a sua natureza e distintos os seus objectivos e impacto, pelo que houve necessidade, à semelhança de outros instrumentos de apoio, de serem criados dois agrupamentos de despesas comparticipáveis.

De um modo geral, são objecto de apoio os investimentos de natureza corpórea, nomeadamente edifícios, obras de construção civil e equipamentos; investimentos de natureza incorpórea, tais como estudos, diagnósticos, assistência técnica e auditorias até 7% das despesas elegíveis, as despesas com formação profissional, acções de promoção e *marketing*, estas últimas com algum relevo no seio de produtos de vocação estratégica, como é disso exemplo a interpretação ambiental que tem, inclusive, adstrito um objectivo científico; despesas a realizar com processos de certificação e de gestão da qualidade, do ambiente e da segurança; custos com garantias bancárias e com revisores oficiais de contas, duas elegibilidades que constituem uma novidade no POE.

No que toca às despesas não elegíveis, encontram-se excluídas a aquisição de terrenos (excepto os que se destinem à construção de campos de golfe até ao limite de 30% do custo total do projecto ou de 50% do valor do terreno); as despesas a realizar com a aquisição de edifícios e trespases (excepto a aquisição de imóveis devolutos ou inacabados, resultantes de processos de reestruturação e falência e de edificações que consistam em engenhos tradicionais, nomeadamente moinhos e noras para o apoio à interpretação ambiental no âmbito do Turismo-Natureza); a aquisição de veículos automóveis (excepto os que se destinem a projectos inseridos no Turismo-Natureza se forem essenciais ao exercício da actividade ou desde que a mesma se traduza na utilização desses veículos, bem como outro material de transporte para projectos de animação turística declarados de interesse para o turismo). Em conclusão, refira-se, ainda, a aquisição de equipamentos usados (excepto mobiliário antigo, até 50% do respectivo valor); trabalhos da empresa para ela própria; juros durante a construção e fundo de maneiço. É este o leque de despesas não elegíveis no âmbito do SIVETUR em que, praticamente, cada uma delas implica uma excepção.

Formalizadas as candidaturas, segue-se a fase de análise junto do organismo gestor, neste caso o IFT. As análises de viabilidade aos investimentos candidatos fundamentam-se no cálculo de uma valia económica (VE), apurada através da soma ponderada de dois critérios: o critério A que respeita ao mérito sectorial do projecto e o critério B que se refere à qualificação do risco inerente. Ponderado o cálculo, o resultado terá de ser igual ou superior a 50 pontos, por forma a que os projectos sejam considerados elegíveis.

Especificando em maior detalhe o peso destes critérios na VE, refiro que o critério A (mérito sectorial do projecto) se prende com questões de melhoria, de diversificação da oferta e de diminuição da sazonalidade; aspectos inovadores; criação e qualificação de emprego.

O critério B (qualificação do risco) reflecte a capacidade técnica e de gestão dos promotores; o grau de cumprimento de contratos anteriores; a notação externa do risco e a certificação legal de contas. No caso de empresas novas, o critério A representa um peso de 80% na VE e o critério B de 20%. No que se refere a empresas existentes, o valor definido é de 65% para o critério A e de 35% para o critério B. Referi anteriormente, quando elencava as despesas elegíveis, que as mesmas eram de ordem bastante diversificada e com objectivos diferenciados, daí a apresentação de dois agrupamentos distintos de componentes objecto de apoio. Deste modo, no grupo I encontram-se as despesas relacionadas com os factores essenciais à actividade ou seja factores que estão associados ao processo produtivo das empresas. Tratam-se de despesas corpóreas e incorpóreas, nomeadamente terrenos, edifícios e equipamentos, bem como transferência de tecnologias, patentes, despesas de exploração e aquisição de conhecimentos técnicos. No segundo grupo encontram-se as componentes relativas a custos com formação profissional e a outros investimentos incorpóreos, não relacionados com o processo produtivo.

É necessário entender a lógica de repartição de despesas por estes dois grupos, uma vez que o cálculo do incentivo será feito separadamente para as despesas que se identificam com o grupo I e/ou com o grupo II, assumindo, assim, o incentivo a atribuir uma natureza distinta em cada um daqueles. Neste contexto, e para as despesas incorporadas no grupo I, os projectos de Turismo de Natureza são objecto de uma taxa de comparticipação de 70%, de natureza não reembolsável, até ao limite de 80.000 contos (€ 400.000). No caso de projectos de Turismo Sustentável, a taxa base de comparticipação é de 40%, assumindo o incentivo a natureza de empréstimo sem juros, até ao limite de 500.000 contos (€ 2.500.000) ou, em caso mais favorável para o promotor, 25% do investimento elegível.

Faço uma pequena referência ao Turismo Sustentável: se estes projectos forem promovidos por não PME e localizados na área da Grande Lisboa, a taxa base referida reduz-se para 30%.

E a propósito de taxas base, se partem de uma base é porque, na verdade, poderão atingir outra dimensão. Tal como sucede noutros sistemas de incentivos integrados

no POE, o SIVETUR pressupõe majorações. Majorações estas que, face às situações apresentadas, se aplicam, unicamente, aos projectos de Turismo Sustentável, uma vez que o Turismo de Natureza, per se, se encontra sobejamente beneficiado pelo tipo de incentivo que lhe está adstrito. Nestes termos, e no caso de projectos de Turismo Sustentável promovidos por PME, a correspondente majoração é de 10%, assim como, e cumulativamente, se os projectos se localizarem na zona II do Mapa de Modulação Regional, terão uma majoração de 10%.

Relativamente a esta última majoração, refiro e em complemento, que o Programa Operacional da Economia apresenta um mapa de modulação regional, no qual o país compreende duas grande zonas: a zona I que abrange, praticamente, todo o litoral e a zona II que, de forma generalista, se inicia em Alto e Trás-os-Montes e se prolonga até ao Algarve, abrangendo quase todo o interior, considerada, evidentemente, como a zona mais desfavorecida.

Ainda no que se refere ao grupo I de despesas, e no que respeita unicamente aos projectos de Turismo Sustentável elegíveis, poderá ser atribuído um Prémio de Realização, aplicável unicamente àquele tipo de projectos, uma vez que o referido Prémio se traduz na atribuição de um incentivo não reembolsável a deduzir ao incentivo reembolsável. Como a própria designação indica, trata-se de um prémio de realização, pelo que só poderá ser atribuído após a execução dos investimentos. Projectos que se localizem na área da Grande Lisboa promovidos por pequenas e médias empresas, com investimentos inferiores a 120.000 contos (€ 600.000), poderão obter, e conquanto se verifique o cumprimento integral das metas associadas, um Prémio de Realização de 10%, sendo que no caso de outras empresas, não PME, o prémio apresenta a mesma taxa.

No caso de investimentos localizados noutras regiões que não na Grande Lisboa, se promovidos por PME, aquele prémio posiciona-se em 60%, salientando-se que, neste caso, a maior parte do incentivo a atribuir é de natureza não reembolsável, resultando daí um incentivo final de natureza mista bastante favorável. Para o caso de projectos localizados noutras regiões, promovidos por não PME, o Prémio de Realização será de 45%.

Porque aos projectos de Turismo Sustentável corresponde um incentivo de natureza reembolsável, seguidamente enuncio aqueles que se perspectivam ser os prazos máximos e totais de reembolso e correspondentes períodos de carência. Assim, para projectos relativos à construção ou instalação de estabelecimentos hoteleiros, prevê-se

que o prazo máximo e total de reembolso seja de 12 anos com 4 anos de carência. Os projectos que digam respeito à remodelação ou ampliação de estabelecimentos hoteleiros, bem como à construção, remodelação e ampliação de parques de campismo, meios complementares de alojamento, turismo em espaço rural e projectos de construção, remodelação de campos de golfe, parques temáticos, centros de congresso, marinas e docas de recreio, perspectiva-se que o prazo máximo e total de reembolso seja de 8 anos com 3 anos de carência. Os restantes projectos não referidos terão um prazo máximo e total de reembolso de 6 anos com 2 anos de carência. Para concluir o item dos incentivos a atribuir, passo a referir os correspondentes às despesas que se identificam com o grupo II, ou seja, os destinados a despesas relativas a custos com formação profissional e outros investimento incorpóreos não associados ao processo produtivo das empresas.

Saliento, contudo, que o SIVETUR só prevê candidaturas de projectos que incidam nos factores essenciais à actividade, pelo que as despesas com formação profissional e outros investimentos incorpóreos assumem-se como componentes do investimento principal.

No que se refere às despesas com formação profissional, estas apresentam uma taxa base de incentivo de 30%, de natureza não reembolsável que poderá atingir 70% daquelas. Os outros investimentos incorpóreos apresentam igual taxa base e natureza, sendo que no caso de PME o limite do incentivo é de 50% das despesas elegíveis e no caso de empresas não PME é aplicada a regra de *minimis* (100.000 Euros, aproximadamente 20.000 contos, por promotor).

Creio lógica a razão pela qual a natureza dos incentivos no grupo II é integralmente não reembolsável: os três vectores chave do POE incidem sobre o aumento da produtividade, da competitividade e da qualidade, sobejamente corporizados, aliás, através dos instrumentos de apoio integrados no Eixo 1 daquele Programa Operacional (SIPIE e SIME). Deste modo, projectos que envolvam parcelas de investimento que visem, efectivamente, o aumento da competitividade das empresas e que se prendem com factores não directamente produtivos, são premiados pelo Programa Operacional da Economia, quer com incentivos de natureza não reembolsável quer através de um adicional ao prémio de realização, como sucede, por exemplo, no SIME.

O grupo II de despesas elegíveis prevê, igualmente, majorações. No caso da formação profissional são três os tipos de majorações implícitas: uma “majoração regional”

para os projectos localizados fora de Lisboa e Vale do Tejo no valor de 5%; uma majoração “tipo de empresa” (caso o promotor seja uma PME) de 10% e outras majorações específicas, nomeadamente para os casos de ensino não vocacionado em função da posição do trabalhador do promotor, e de trabalhadores desfavorecidos. No caso dos outros investimentos incorpóreos, as majorações são de duas naturezas: uma regional para projectos localizados fora de Lisboa e Vale do Tejo (5%) e outra referente a projectos promovidos por PME (15%).

Encontro-me em fase de conclusão da minha apresentação, pelo que terminaria referindo-me à tramitação para efeitos de apresentação de candidaturas ao SIVETUR. Prevê-se que a entrega de candidaturas seja formalizada junto de qualquer Gabinete do Investidor do POE ou através da *internet*. Encontra-se, neste momento, em fase de conclusão o formulário electrónico relativo ao SIVETUR que ficará brevemente disponível no *website* do Programa Operacional da Economia. Foram criados 28 Gabinetes do Investidor, distribuídos de norte a sul do país, dispondo o IFT de duas estruturas de atendimento com técnicos aptos a prestar qualquer informação no âmbito do POE, bem como no que respeita às respectivas candidaturas e preenchimento de formulários.

98

O organismo coordenador deste sistema de incentivos sectorial é, portanto, o Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, excepto para as situações de investimento estrangeiro de primeira instalação no país, caso em que o ICEP é a entidade responsável.

Porque projectos candidatos ao SIVETUR podem envolver investimentos parcelares noutras áreas de competitividade, têm competência nessas matérias o ICEP relativamente a componentes de promoção e/ou *marketing*; a Direcção-Geral da Energia nos casos de eficiência e racionalização energéticas; o Instituto Português da Qualidade para processos de certificação e gestão da qualidade, ambiente e segurança, a Direcção-Geral do Ambiente e o Instituto da Conservação da Natureza para questões ambientais.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Albino Martins - Vogal do Conselho de Administração do IFT

Gostaria apenas de transmitir-vos o seguinte: ao escolher este tema para debate, Turismo e Natureza, o IFT, em boa hora, pela actualidade e importância do mesmo, teve como preocupação contribuir para a divulgação do SIVETUR, bem como das diversas tipologias de investimento passíveis de apoio.

Em particular, com o pressuposto de contribuir, proporcionar e suscitar a discussão, resultante de uma reflexão que se prende com a seguinte questão: dispondo as pessoas de mais prolongados períodos de lazer, estando as mesmas mais sensibilizadas para as questões relacionadas com a preservação da natureza, como podem elas conciliar essa disponibilidade e vocação de uma forma que não prejudique nem os valores naturais nem os sócio-culturais, tirando partido económico e provocando desenvolvimento?

Era intenção do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo promover a troca de experiências e de informação, possibilitando, assim, um enriquecimento e sensibilização para esta temática.

Esperamos, sinceramente, que esse propósito tenha sido atingido e que todos consideremos ter sido este Debate uma experiência enriquecedora.

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa

TÍTULO Ciclo de Debates 2000 - Livro de Actas (do seminário “Turismo e Natureza - Perspectivas de Intervenção”)

TRANSCRIÇÃO Pentagónia Design

TRADUÇÃO Onoma Gabinete de Traduções, Lda; Soares Franco Gabinete de Tradutores e Intérpretes, Lda

DESIGN Atelier Henrique Cayatte

PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO Critério - Produção Gráfica, Lda.

TIRAGEM 500 exemplares

NOTA DO EDITOR Os textos das comunicações dos oradores, reproduzidos nesta edição, resultam da transcrição efectuada. Revisão da responsabilidade do IFT.

LISBOA, SETEMBRO DE 2002

ISBN 972-95339-5-4

DEPÓSITO LEGAL 186 518/02